



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**DIRECÇÃO NACIONAL DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA**

# **RELATÓRIO DA DÍVIDA PÚBLICA**

---

**Exercício Fiscal 2021**

**Maputo, Abril de 2022**

## **FICHA TÉCNICA**

### **Propriedade:**

Ministério da Economia e Finanças

### **Edição:**

Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública

### **Coordenação:**

Directora Nacional da Gestão da Dívida Pública

### **Redacção:**

Ruth Cangela | Lauzeta Cossa | Orlando Penicela Jr. | Emília Sítoe  
| Ailton José | Luís João Matsinhe |

### **Periodicidade:**

Anual, N.º 14

### **Endereço:**

Ministério da Economia e Finanças  
Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública

Av. Julius Nyerere, n.º 449 e 469, 10.º Andar, Torres A & B

Tel: +258 823058244

Fax: +258 21 310 493 / +258 21 315 070

Maputo – Moçambique

# Índice Geral

ABREVIATURAS .....	1
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	2
I. INTRODUÇÃO .....	3
II. CONTEXTO MACROECONÓMICO E FISCAL .....	5
III. DÍVIDA TOTAL DO GOVERNO CENTRAL.....	7
3.1. Posição do Stock e Composição da Carteira .....	7
3.1.1. Impacto da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida e Análise de Sustentabilidade, Custo e Riscos da Dívida Pública .....	9
3.1.1.1. Impacto da adesão do País à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida .....	9
3.1.1.2. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa .....	10
3.1.1.3. Análise de Custo e Risco da Dívida Pública.....	11
3.2. DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA.....	12
3.2.1. Composição do Stock da Dívida Externa.....	12
3.2.2. Evolução do Stock Multilateral e Bilateral da Dívida Externa .....	14
3.2.3. Operações de Dívida Pública Externa (Desembolsos e Serviço) .....	16
3.2.4. Desembolsos dos Empréstimos Externos por Sector Económico.....	18
3.2.5. Novos Empréstimos Externos Contraídos pelo Estado em 2021 .....	18
3.3. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA .....	19
3.3.1. Posição e Composição do Stock da Dívida Interna .....	19
3.3.2. Operações de Dívida Pública Interna.....	21
3.3.3. Projecção Serviço da Dívida Pública Interna a Médio Prazo .....	22
IV. ATRASADOS DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA.....	22
V. DÍVIDA DIRECTA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO.....	23
5.1. Posição do Stock Total e Composição da Carteira .....	23
5.2. DÍVIDA EXTERNA DO SEE .....	24
5.2.1. Composição do Stock da Dívida Externa Directa do SEE .....	24
5.2.2. Serviço e Atrasados da Dívida Externa do SEE .....	26
5.3. DÍVIDA INTERNA DO SEE.....	27
5.3.1. Composição do Stock da Dívida Interna Directa do SEE.....	27
5.3.2. Serviço e Atrasados da Dívida Interna do SEE.....	30
5.4. NOVOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E INTERNOS EM 2021.....	31
VI. PASSIVOS CONTINGENTES.....	32
6.1. Dívida Soberana e Garantida .....	32

6.2. Acordos de Retrocessão .....	32
VII. DÍVIDA PÚBLICA E GARANTIDA (PPG).....	34
VIII. PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP's).....	35
8.1. Quadro Regulamentar das PPP's em Moçambique .....	35
8.2. Riscos para a Dívida Pública decorrente da Implementação das PPPs .....	35
IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
X. ANEXOS.....	39

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Financiamento do Défice Fiscal (Milhões MZN e % do PIB).....	6
Tabela 2: Evolução dos Stocks Parciais e Total da Dívida do Governo Central.....	8
Tabela 3: Estrutura do Stock total da Dívida Pública por Tipo de Credor e Instrumento .....	8
Tabela 4: Materialização Financeira da DSSI em 2021 [em USD] .....	9
Tabela 5: Indicadores e Limites de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa.....	10
Tabela 6: Indicadores de Custo e Risco da Dívida.....	11
Tabela 7: Evolução do Stock da Dívida Pública Externa por Tipo de Credor [Milhões USD] .....	12
Tabela 8: Composição do Stock da Dívida Pública Externa por Moedas.....	13
Tabela 9: Evolução do Stock da Dívida Externa Multilateral [Milhões USD].....	15
Tabela 10: Evolução do Stock da Dívida Externa Bilateral [Milhões USD].....	15
Tabela 11: Operações sobre a Dívida Externa [Milhões USD] .....	16
Tabela 12: Desembolsos Externos por Credor [Milhões USD].....	17
Tabela 14: Evolução do Stock da Dívida Pública Interna por Instrumento [Milhões de MZN].....	20
Tabela 15: Operações sobre a Dívida Interna 2017-2021 [Milhões MZN].....	21
Tabela 16: Movimentos da Dívida Interna 2020-2021 [Milhões MZN] .....	21
Tabela 17: Projecção do Serviço da Dívida Pública Interna 2023-2027 (em milhões de MZN) .....	22
Tabela 18: Evolução do Stock Total da Dívida do SEE incluindo a ENH [USD Milhões e % do Total].	23
Tabela 19: Dívida do SEE por Segmentos e Empresas [em Milhões USD].....	24
Tabela 20: Serviço da Dívida Externa do SEE [em milhões USD] .....	27
Tabela 21: Serviço da Dívida Interna do SEE [em milhões MZN].....	30
Tabela 22: Atrasados da Dívida Interna do SEE [em milhões MZN].....	31
Tabela 23: Novos Empréstimos Externos e Internos Contratados em 2021 [em Milhões MZN] .....	31
Tabela 25: Movimentos da carteira de Empréstimos de Retrocessão em 2021 [em milhões de MZN] ..	33
Tabela 26: Dívida Pública e Garantida [em milhões de USD] .....	34

## Índice dos Gráficos

Gráfico 1: Evolução das Taxas de Câmbio Médias Anuais de referência.....	5
Gráfico 2: Evolução da Taxa MIMO e da Taxa de colocação de BTs.....	7
Gráfico 3: Distribuição da Carteira da Dívida Externa em 2021 por Credor .....	13
Gráfico 4: Composição da Dívida Externa por Taxa de Juro.....	14
Gráfico 5: Alocação Sectorial dos Empréstimos Externos Desembolsados em 2021.....	18
Gráfico 6: Evolução do Stock da Dívida Pública Interna por Instrumento (Milhões USD).....	19
Gráfico 7: Composição Proporcional da Dívida Interna por regime de Taxa de Juro .....	20
Gráfico 8: Evolução da Composição da Carteira da Dívida Total do SEE por Moeda (2017-2021) .....	23
Gráfico 9: Estrutura da Dívida Externa do SEE em 2021 por Credores .....	25
Gráfico 10: Estrutura da Dívida Externa do SEE em 2021 por Mutuários.....	26
Gráfico 11: Composição da Carteira da Dívida Externa do SEE por Moeda em 2021 .....	26
Gráfico 12: Composição da Carteira da Directa Interna do SEE por Moeda em 2021 .....	28
Gráfico 13: Composição da Carteira da Directa Interna do SEE por Credores em 2021 .....	29
Gráfico 14: Estrutura da Dívida Interna do SEE em 2020 por Mutuários.....	29

## ABREVIATURAS

---

<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>BEI</b>	Banco Europeu de Investimento
<b>BID</b>	Banco Islâmico de Desenvolvimento
<b>BTs</b>	Bilhetes do Tesouro
<b>BVM</b>	Bolsa de Valores de Moçambique
<b>DSA</b>	Análise de Sustentabilidade da Dívida
<b>DSSI</b>	Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida
<b>EDM</b>	Eletricidade de Moçambique
<b>EUR</b>	Euro
<b>EURIBOR</b>	Taxa de Juro do Mercado Interbancário da Zona Euro
<b>FAD</b>	Fundo Africano de Desenvolvimento
<b>FIDA</b>	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FUA</b>	Moeda ou Unidade de Conta do FAD
<b>IDA</b>	Associação para o Desenvolvimento Internacional
<b>IDB</b>	Dinnar Islâmico
<b>IDE</b>	Investimento Directo Estrangeiro
<b>IGEPE</b>	Instituto de Gestão das Participações do Estado
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatísticas
<b>JPY</b>	Yen Japonês
<b>KWD</b>	Dinar do Kuwait
<b>LIBOR</b>	Taxa de Juro do Mercado Interbancário de Londres
<b>LNG</b>	Gás Natural Liquefeito
<b>MEF</b>	Ministério da Economia e Finanças
<b>MIMO</b>	Taxa de Juro Interbancária de Referência
<b>MOZAM 2032</b>	Título Soberano referente a Dívida da EMATUM
<b>MTDS</b>	Estratégia de Médio Prazo para Gestão da Dívida Pública
<b>MZN</b>	Meticais
<b>NDF</b>	Fundo Nórdico para o Desenvolvimento
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>OE</b>	Orçamento do Estado
<b>OPEC</b>	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>OTs</b>	Obrigações do Tesouro
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PPP's</b>	Parcerias Público Privadas
<b>RMB</b>	RenMimBi [Moeda Chinesa]
<b>SDR</b>	Direitos Especiais de Saque
<b>SEE</b>	Sector Empresarial do Estado
<b>USD</b>	Dólar Americano
<b>VPD</b>	Valor Presente da Dívida

## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

Depois da contração registada em 2020, o ano de 2021 foi marcado pela retoma da economia moçambicana a uma trajetória de crescimento consubstanciada pela relativa estabilização dos principais indicadores macroeconómicos. Entretanto, a persistência de uma conjuntura doméstica e internacional difícil, gerou pressões fiscais que induziram o aumento do endividamento público, com o stock nominal da dívida do Governo Central a agravar-se em 8%, posicionando-se em USD 13 955,07 milhões.

Em linha com a tendência dos anos precedentes, este nível de agravamento do stock da dívida foi largamente impulsionado pelo incremento em 26% da dívida interna. Num contexto de baixo nível de desembolsos e de novas contratações de empréstimos externos, o agregado da dívida externa manteve-se relativamente estabilizado, aumentando em apenas 3%. Este modesto aumento reflecte em larga medida o efeito da reconciliação dos stocks com os credores externos no quadro do trabalho em curso de limpeza e migração da base de dados da dívida do actual CS-DRMS para o novo CS-Meridian.

Não obstante o aumento do stock nominal, as análises preliminares sugerem que o desempenho do quadro de sustentabilidade da dívida pública evoluiu favoravelmente. Por um lado, o crescimento do PIB e o aumento das exportações influenciou positivamente os rácios de solvência da dívida (VPD/PIB e VPD/EXP), embora numa magnitude ainda por ser quantificada. Por outro lado, por conta do adiamento da despesa de USD 175.6 milhões em serviço da dívida externa no âmbito da implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI), os rácios de liquidez da dívida (SD/EXP e SD/REC), melhoraram em 6 pontos percentuais (pp) e 3pp respectivamente.

Por sua vez, o stock total da dívida do sector Empresarial do Estado – SEE, cresceu em cerca de 29,5% passando de USD 3.020,2 milhões em 2020 para USD 3.910,85 milhões em 2021. Tal como se registou nos últimos anos, este incremento foi largamente ditado pelos novos desembolsos à ENH, no âmbito do financiamento da comparticipação (*equity stake*) do Estado nos investimentos do sector de hidrocarbonetos.

A grande inovação desta edição do Relatório da Dívida é a introdução de um Secção dedicada a análise do desempenho das Parcerias Público Privadas (PPPs). Com efeito, avaliando um total de 19 contratos de PPP's, o Relatório constatou que o nível de risco contingente a elas associado varia entre Baixo e Baixo-Médio, concluindo por isso que estas não representam um significativo risco à sustentabilidade fiscal.

## I. INTRODUÇÃO

---

O presente documento corporiza a 14ª edição do Relatório anual da Dívida Pública. Este Relatório analisa o perfil e o comportamento da dívida pública ao longo do exercício fiscal 2021, cobrindo a dívida do Governo Central (i.e., do conjunto das unidades institucionais intra-orçamentais dos ramos executivo, legislativo e Judicial do aparelho estatal) e a dívida directa do Sector Empresarial do Estado (i.e., Empresas Públicas e Empresas maioritariamente participadas pelo Estado). Adicionalmente, no quadro da monitoria dos passivos contingentes, a partir desta edição, o Relatório da Dívida Pública passa a incorporar uma secção dedicada à análise das Parcerias Público Privadas (PPP's), embora a abordagem metodológica aplicada para o efeito tenha de ser aprimorada.

O comportamento da dívida pública em 2021 reflectiu uma dualidade de condições conjunturais em que por um lado os principais indicadores macroeconómicos registaram modestas recuperações (comparativamente ao desempenho de 2020), mas, por outro lado, o quadro fiscal, particularmente do lado da despesa, manteve-se sobremaneira pressionado por conta da persistência dos efeitos da pandemia do COVID-19 e da agudização da situação humanitária no Norte do País. Esta dualidade da atmosfera conjuntural explica o porquê do stock da dívida do Governo Central ter aumentado sem, contudo, gerar uma deterioração dos rácios de sustentabilidade.

O presente Relatório incorpora **Três Secções**: a Primeira Secção enfoca sobre Dívida do Governo Central; a Segunda Secção analisa a Dívida do Sector Empresarial do Estado e a terceira Secção é atinente a análise das PPPs.

A Secção I é composta por 5 capítulos dispostos conforme a seguinte estrutura:

- 2. Contexto Macroeconómico e Fiscal** – que discute de forma breve os pressupostos macrofiscais relevantes para a análise do comportamento da dívida pública em 2021;
- 3. Dívida Pública Total** – que apresenta os stocks parciais (interno e externo) e o total e analisa a composição da carteira por tipo de credor e instrumento de dívida. É também neste capítulo que será inserida a análise do estágio de progresso da implementação das duas extensões de implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) em Moçambique.
- 4. Dívida Pública Externa** – que analisa a evolução da Dívida Externa nos últimos cinco anos, usando critérios quantitativos (variação das posições de stock), e qualitativos (Composição da carteira por Credor, Moeda e Taxa de Juro).

Adicionalmente, este capítulo apresenta um Quadro-Síntese das Operações da Dívida Externa (Desembolsos e Serviço) executadas em 2021.

5. **Dívida Pública Interna** - no qual é apresentada a evolução do stock interno nos últimos 5 anos, apurando-se a posição final do stock em 2021, a qual é subsequentemente tipificada por Instrumento e Taxa de Juro.
6. **Atrasados do Serviço da Dívida** - que está reservado ao apuramento dos atrasados da dívida externa e interna (dívida com fornecedores).

A Secção II contempla 5 capítulos, que em termos de estrutura obedecem a uma disposição similar aos capítulos da Secção I:

7. **Dívida Total do SEE**
8. **Dívida Externa do SEE**
9. **Dívida Interna do SEE**
10. **Novos Empréstimos Externos e Internos Contratados pelo SEE em 2020**
11. **Passivos Contingentes**

Para sintetizar estas duas primeiras secções, o Relatório apresenta uma tabela global da Dívida Pública e Garantida do Estado (Dívida do Sector Público).

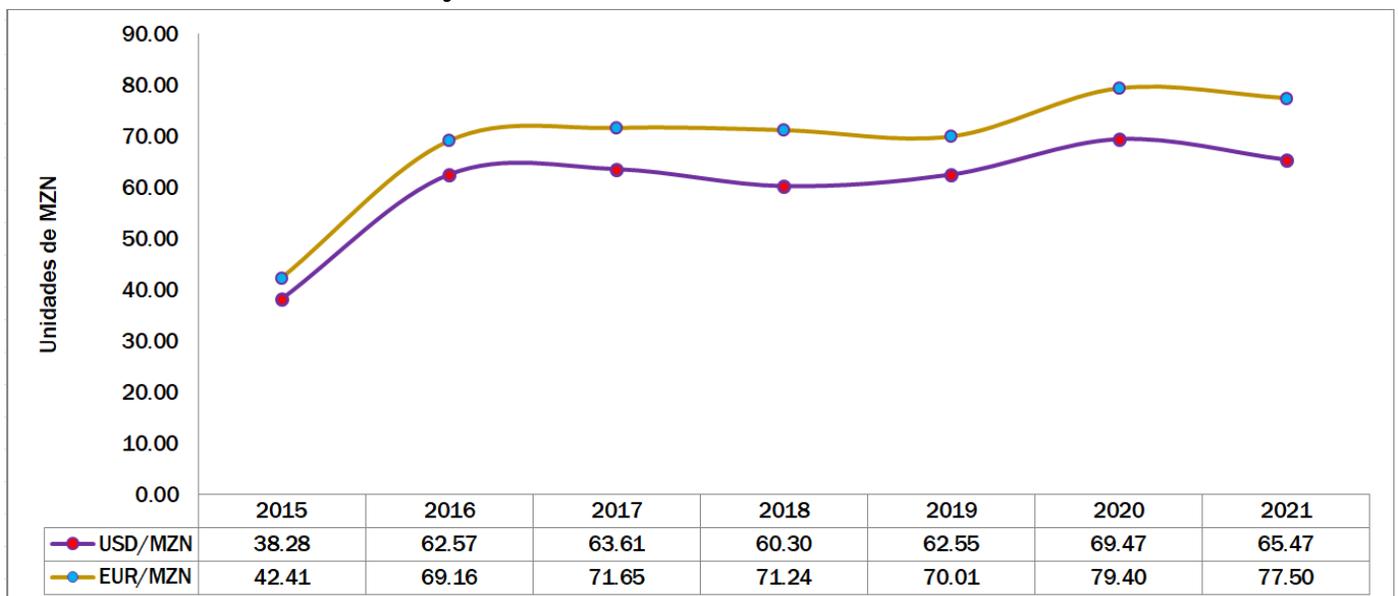
A Secção III é doravante incorporada ao Relatório para acomodar uma análise do desempenho das PPPs e apuramento do grau de risco fiscal a elas associado. No entanto, sendo este um primeiro ensaio deste exercício, a secção irá essencialmente introduzir os aspectos de regulamentação do domínio das PPPs em Moçambique e apresentar o quadro geral das PPPs em vigor no País.

## II. CONTEXTO MACROECONÓMICO E FISCAL

Ao fim de cerca de 5 anos de uma desaceleração que teve seu culminar na contracção de -1.3% em 2020, a economia moçambicana experimenta desde 2021, uma trajectória de recuperação a um ritmo consentâneo com as projecções mais conservadoras do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP: 2022-2024). Com efeito, a economia atingiu em 2021, uma taxa de crescimento de 2.1%, que em termos absolutos se traduziu num incremento do PIB real de **666,96 mil milhões** de Meticais em 2020 para **680,97 mil milhões** de Meticais em 2021. Espera-se que a economia continue a evoluir positivamente atingindo pelo menos 4.3% ao término do actual ciclo governativo. A saída da economia da zona de crescimento negativo e as perspectivas ora abertas de uma sustentada retoma, vêm dissipar substancialmente os riscos de um eventual choque macroeconómico com impacto imediato sobre a sustentabilidade da dívida pública.

Este desempenho do PIB reflecte em parte a melhoria do desempenho do sector externo, em que a procura pelas exportações nacionais voltou a crescer revertendo a queda de 24% registada em 2020. A recuperação das exportações, combinada com as intervenções do Banco Central sobre o mercado cambial, consubstanciadas pela injeção (em Maio de 2021) de divisas de montante de USD 60 milhões, naturalmente que ajudaram a neutralizar as pressões cambiais, estabilizando o valor do metical e contrariando ligeiramente a expressiva depreciação consentida em 2020, tal como ilustra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Evolução das Taxas de Câmbio Médias Anuais de referência



Fonte: Banco de Moçambique

Na frente fiscal, as necessidades brutas de financiamento em percentagem do PIB apesar de continuarem elevadas em 2021 (por conta da persistência dos efeitos da pandemia do COVID-19 e da agudização da situação humanitária no Norte do País), mostram ter retornado para níveis mais ou menos pré-pandémicos, situando-se em cerca de 8%. Aliás, o CFMP, projecta que, ao longo do horizonte 2021-2024, o défice fiscal se estabilize precisamente em torno destes 8 a 9%. A estrutura do financiamento do défice tem estado a alterar-se com a progressiva perda de peso das fontes externas (particularmente do crédito externo), tal como mostra a tabela 1.

**Tabela 1: Financiamento do Déficit Fiscal (Milhões MZN e % do PIB)**

	2017		2018		2019		2020		2021	
<b>Créditos Externos</b>	43,359.7	5%	27,307.9	4%	36,891.40	4%	36,744.9	4%	24,473.4	2%
<b>Donativo Externos</b>	16,302.1	2%	18,564.5	2%	11,105.90	1%	21,021.5	2%	22,126.6	2%
<b>Créditos Internos</b>	21,199.7	3%	19,051.0	2%	28,545.80	3%	39,520.6	4%	38.590,42	3%
<b>Mais-Valias</b>							17,541.0	2%	5,897.7	1%
<b>Total</b>	<b>51,018.4</b>	<b>10%</b>	<b>64,923.4</b>	<b>8%</b>	<b>71,639.1</b>	<b>8%</b>	<b>114,828.0</b>	<b>12%</b>	<b>90,031.7</b>	<b>8%</b>

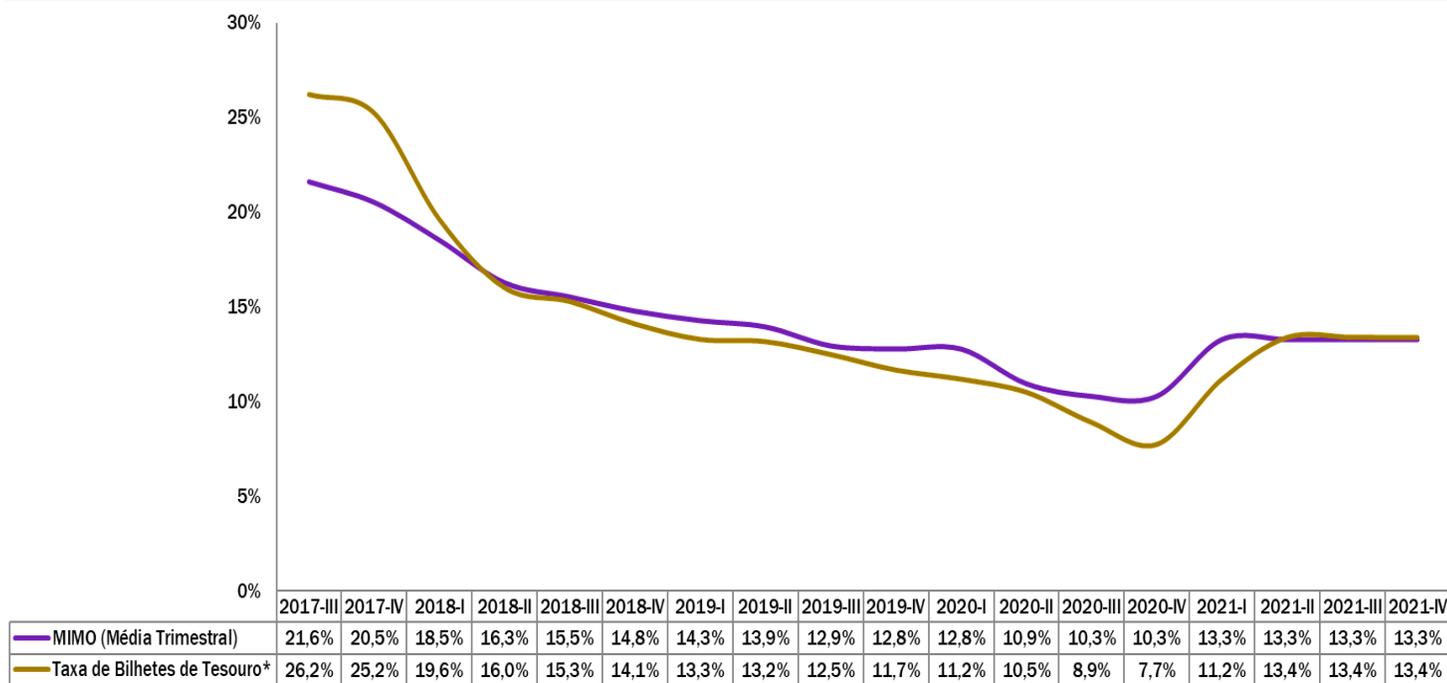
Fonte: REOs (MEF)

O recurso às receitas de mais-valias como uma das fontes de financiamento do défice nos últimos 2 anos, é uma alternativa que em princípio permite aliviar a pressão sobre o crédito interno, embora esta opção não seja isenta de riscos em termos de sustentabilidade fiscal dada a natureza eminentemente extraordinária e imprevisível deste fluxo de receitas. No entanto, o Governo tem estado a mitigar o risco da volatilidade fiscal associada às receitas extraordinárias de mais-valias, distribuindo a utilização destas ao longo de um horizonte temporal multianual ao invés de concentrar a aplicação num único exercício orçamental.

Na frente monetária, a agudização de riscos e incertezas no ambiente macroeconómico do País, ditou em Janeiro de 2021 a decisão do Banco Central de agravar a taxa de juro de política monetária (MIMO) para 13,25% depois de ter fechado o ano 2020 em 10,25%. Esta decisão das autoridades monetárias quebrou a tendência descendente que a trajetória da MIMO vinha seguindo desde a sua introdução em Abril de 2017. E acompanhando a MIMO, a taxa de juro média ponderada das colocações de Bilhetes de Tesouro (que é um indicador do custo do financiamento público doméstico), também se agravou substancialmente passando de 7.7% em Dezembro de 2020 para 13,38% em Dezembro de 2021.

Se por um lado o agravamento da MIMO foi em resposta aos objectivos de política monetária, por outro lado, o concomitante aumento da taxa de juro das colocações dos BTs, também convergiu com a necessidade que autoridades fiscais tinham de estimular a procura dos títulos públicos pelos investidores, a qual vinha retraindo substancialmente desde Dezembro de 2020, levando a uma acentuada descida do rácio procura-oferta nos leilões primários.

**Gráfico 2: Evolução da Taxa MIMO e da Taxa de colocação de BTs**



\* Média Trimestral para BTs de 91, 182 e 364 dias

Fonte: Banco de Moçambique

### III. DÍVIDA TOTAL DO GOVERNO CENTRAL

#### 3.1. Posição do Stock e Composição da Carteira

No final do exercício fiscal 2021, o stock total da dívida do Governo Central posicionou-se em USD 13.955,07 milhões (78,6% do PIB), o que representa um incremento de 8% comparativamente a 2020 determinado essencialmente pelo incremento do stock da dívida interna em 26%. A dívida externa registou um crescimento modesto de apenas 3%.

O stock total da Dívida Pública do Governo Central computa dois grandes agregados parciais: i) a **Dívida Externa** que comporta empréstimos multilaterais, os empréstimos bilaterais oficiais e o título MOZAM 2032 e; ii) a **Dívida Interna** que compreende os

títulos (Obrigações e Bilhetes de Tesouro), os Empréstimos do Banco Central, as Operações Financeiras de Reestruturação e Consolidação das Dívidas do SEE e o Financiamento Bancário sob a forma de linhas de *leasing* contratadas juntos dos Bancos Comerciais locais para a construção e apetrechamento de edifícios públicos.

Nos últimos anos, a evolução do stock total da Dívida Pública tende cada vez mais a reflectir o efeito de um crescimento mais acelerado da Dívida Interna. Enquanto a Dívida Externa aumenta a uma média de 4% ao ano, a Dívida Interna tem crescido a uma média anual de 22%, impulsionada sobretudo pelo forte aumento do financiamento interno mobiliário.

**Tabela 2: Evolução dos Stocks Parciais e Total da Dívida do Governo Central**

	2017	2018	2019	2020	2021	% Total 2021	Δ % 20-21
Dívida Externa	9 487,9	9 804,5	9 850,2	10 101,2	10 391,6	74%	3%
Dívida Interna	1 829,2	2 290,1	2 515,0	2 834,6	3 563,4	26%	26%
<b>Total da Dívida</b>	<b>11 317,1</b>	<b>12 094,6</b>	<b>12 365,2</b>	<b>12 935,7</b>	<b>13 955,1</b>	<b>100%</b>	<b>8%</b>
P/Memória: PIB	14 382,7	14 715,2	15 721,1	14 029,8	17 765,9		

[Milhões USD, Taxa de Câmbio USD/MZN 2020: 63,83]

Fonte: DRSD-MEF

Quanto a composição do Stock da Dívida pública do Governo Central por Tipo de Credor e Instrumento, no final de 2021 a carteira da dívida continuava sendo maioritariamente composta por empréstimos contratados junto de credores multilaterais (36%) seguidos dos bilaterais (32%), sendo de destacar que os credores multilaterais e bilaterais apresentaram uma redução do seu peso na ordem de 8pp e 2pp respectivamente, face a 2020.

**Tabela 3: Estrutura do Stock total da Dívida Pública por Tipo de Credor e Instrumento**

Categoria de Credor/Instrumento	2017	2018	2019	2020	2021
Multilateral	37%	36%	35%	37%	36%
Bilateral	40%	39%	37%	34%	32%
Eurobonds (MOZAM 2032)	6%	6%	7%	7%	6%
Bilhetes de Tesouro	3%	3%	4%	5%	6%
Obrigações de Tesouro	5%	6%	8%	10%	12%
Outros (Bancos)	8%	10%	9%	7%	7%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: DNGDP-MEF

### 3.1.1. Impacto da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida e Análise de Sustentabilidade, Custo e Riscos da Dívida Pública

#### 3.1.1.1. Impacto da adesão do País à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida

Em Setembro de 2020, o Governo formalizou a adesão de Moçambique à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI), estabelecida conjuntamente pelo Clube de Paris e pelo Grupo das 20 maiores economias mundiais (G20), com o propósito de suspender temporariamente o serviço da dívida bilateral dos Países de Baixo Rendimento para aliviar as pressões sobre a liquidez dos Governos, e permitir que os recursos financeiros libertos sejam realocados para o financiamento dos planos nacionais de resposta ao impacto sanitário, social e económico da pandemia do COVID-19.

Esta iniciativa foi implementada em três etapas: i) **DSSI original** - 30 de Maio a 31 de Dezembro de 2020; ii) **DSSI 1ª Extensão** - 01 de Janeiro a 30 de Junho de 2021, e; iii) **DSSI 2ª Extensão** - 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2021. Portanto, todo o exercício económico de 2021, foi coberto pela iniciativa, havendo sido suspensas ao abrigo desta, prestações de dívida no montante global de USD 175.6 milhões, relativos ao total de 7 credores aderentes, designadamente: **China, Coreia do Sul, França, Japão, Portugal, Espanha e Bélgica.**

Tabela 4: Materialização Financeira da DSSI em 2021 [em USD]

Credor	1ª Extensão	2ª Extensão	Total Suspenso
China	43 728 360,18	-	43 728 360,18
Japão	1 455 546,76	1 303 784,08	2 759 330,84
Coreia do Sul	1 213 458,32	1 191 833,70	2 405 292,02
Portugal	58 611 260,22	51 628 942,36	110 240 202,58
França	7 933 967,63	7 545 071,19	15 479 038,82
Espanha	329 208,99	315 000,19	644 209,18
Bélgica	-	332 108,07	332 108,07
<b>Total</b>	<b>113 271 802,10</b>	<b>62 316 739,59</b>	<b>175 588 54,69</b>

Fonte: MEF

O montante liberto de USD 175.6 milhões, correspondia a 31% da despesa em serviço de dívida externa programada para exercício económico 2021, tendo este sido assim realocado às áreas sociais. Importa frisar que, não se tratando de uma iniciativa de perdão de dívida, as prestações suspensas em 2021, serão, conforme estabelecem os termos do DSSI, reembolsadas com uma maturidade de 5 anos (2022-2027).

### 3.1.1.2. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa

Este sub-capítulo está reservado à avaliação de sustentabilidade da dívida externa usando os quatro indicadores e limites padrão estabelecidos pelo FMI/Banco Mundial. No entanto, por estar ainda em curso uma harmonização técnica visando assegurar uma consistência entre os stocks e os fluxos na projecção do serviço da dívida até a maturidade, esta avaliação não pôde apurar resultados para os indicadores de solvência da dívida externa (VPD/PIB e VPD/EXP). Mas as simulações preliminares sugerem que o desempenho destes indicadores melhorou por conta recuperação do desempenho do PIB e das exportações em 2021.

Já os resultados para os indicadores de liquidez da dívida externa (SD/EXP e SD/REC), evidenciam um notável alívio da pressão exercida pelo serviço da dívida externa sobre as reservas cambiais e sobre as receitas do Estado. Entretanto, esta melhoria foi fortemente influenciada pela implementação da DSSI, a luz da qual, conforme já referido anteriormente, o Governo pôde reter em sua Tesouraria o equivalente a 31% do montante que havia sido programado para prestar o serviço da dívida em 2021.

Tabela 5: Indicadores e Limites de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa

Rácios	Limites %	2017	2018	2019	2020	2021	Δpp 20-21
VPD/PIB	30	67.1	66.4	62.6	55,4		
VPD/EXP	140	176.7	160.1	164.9	216,6		
SD/EXP	10	18.2	11.7	10.8	13,2	7,3	5,9pp
SD/REC	14	27.3	20.1	13.9	12,2	9,3	2,9pp

Fonte: DPED-MEF

É obvio que, medidas transitórias como a DSSI só podem gerar avanços igualmente efêmeros e neste sentido, a restauração da sustentabilidade da dívida a longo prazo depende inexoravelmente de medidas estruturais que estimulem a diversificação da economia e aumento das exportações, por via da alocação dos investimentos públicos na base de processos criteriosos de selecção, avaliação e implementação de projectos.

### 3.1.1.3. Análise de Custo e Risco da Dívida Pública

Tabela 6: Indicadores de Custo e Risco da Dívida

		2020		2021	
		Dívida Total	Dívida Externa	Dívida Interna	Dívida Total
Stock Nominal (em milhões MZN)		<b>898.629,2</b>	663.302,6	227.409,1	<b>890.711,7</b>
Stock Nominal (em milhões USD)		<b>12.935,7</b>	10.391,7	3.562,7	<b>13.954,4</b>
Stock Nominal (% do PIB)		<b>92,2</b>	58,5	20,1	<b>78,6</b>
<b>Custo da Dívida</b>	Pagamento de Juros (% do PIB)	<b>4,4</b>	1,1	3,1	<b>4,2</b>
	Taxa de Juro Média Ponderada (%)	<b>4,7</b>	2,0	15,6	<b>5,6</b>
<b>Risco de Refinanciamento</b>	Tempo Médio para Maturidade – ATM (em Anos)	<b>9,0</b>	11,3	7,7	<b>10,5</b>
	Dívida Vincenda dentro de 1 Ano (% do total)	<b>14,6</b>	3,6	31,3	<b>9,5</b>
	Dívida Vincenda dentro de 1 Ano (% do PIB)	<b>10,6</b>	2,7	6,3	<b>8,9</b>
<b>Risco da Taxa de Juro</b>	Tempo Médio para Alteração da Taxa de Juro - ATR (Anos)	<b>7,7</b>	11,1	3,5	<b>9,5</b>
	Dívida com Alteração da taxa de Juro dentro de 1 Ano (% do total)	<b>36,7</b>	8,1	80,9	<b>23,6</b>
	Dívida com Taxa de Juro Fixa incluindo BTs do total)	<b>75</b>	94,9	44,6	<b>84,2</b>
<b>Risco da Taxa de Câmbio</b>	Dívida em Moeda Externa (% do total)	<b>81</b>			<b>73,3</b>
	Dívida no Curto Prazo em Moeda Externa (% das reservas)	<b>12,6</b>			<b>18,5</b>

Fonte: DPED-MEF

A Tabela 6, retrata um quadro de agravamento dos indicadores de custo da dívida total do Governo Central em 2021. Com efeito, enquanto o peso dos pagamentos de juros sobre o PIB manteve-se em torno de 4%, o custo da Dívida medido pela média ponderada da taxa de juro implícita subiu de 4,7% para 5,6%. Esta projecção de agravamento do custo do endividamento público no País é consistente com a vigente tendência de alta da taxa MIMO bem como da taxa de colocação dos BTs.

Entretanto, por outro lado, o desempenho dos indicadores de risco da carteira sugere que, no horizonte de curto prazo (1 ano), o espectro de riscos para dívida pública poderá ser menos acentuado se comparado com o contexto de riscos prevaletentes em 2021. Com efeito, o risco de refinanciamento, o qual se refere a possibilidade do Governo falhar no pagamento de uma prestação de dívida e não poder também (a termos e

condições financeiramente razoáveis), renegociar para substituir as dívidas com vencimento iminente por novas dívidas com maturidades mais adiantadas, reduz substancialmente em 2021 uma vez que:

- i) A maturidade média dos empréstimos na carteira do Governo aumentou de 9 anos para 10 anos e meio, e;
- ii) A dívida vincenda dentro de 1 ano (quer em % do total quer em % do PIB), reduziu consideravelmente.

O risco da taxa de juro, que mede o grau de exposição da carteira da dívida pública a flutuações nas taxas de juro, está também significativamente neutralizado uma vez que, a proporção de dívida potencialmente sujeita a eventuais alterações nas taxa de juro dentro de 1 ano, baixou de 36.7% em 2020 para 23.6% em 2021. No mesmo diapasão, a proporção de dívida contratada a taxa de juro fixa, aumentou de 75% em 2020 para 84.2% em 2021.

O grau de exposição da carteira da dívida pública a choques na taxa câmbio também reduziu ligeiramente com a redução da proporção de dívida contratada em moeda externa de 81% em 2020 para 73% em 2021.

## 3.2. DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA

### 3.2.1. Composição do Stock da Dívida Externa

Ao término do exercício económico de 2021, o stock da Dívida Pública Externa situou-se em USD 10.4 mil milhões, dos quais USD 5.0 mil milhões, o correspondente a 48% do total, é detido por credores multilaterais; USD 4.5 mil milhões, o equivalente a 43% do total, é referente aos credores Bilaterais e USD 900 Milhões, o correspondente a 9% do total, é detido pelo sindicato de credores do título MOZAM 2032.

Tabela 7: Evolução do Stock da Dívida Pública Externa por Tipo de Credor [Milhões USD]

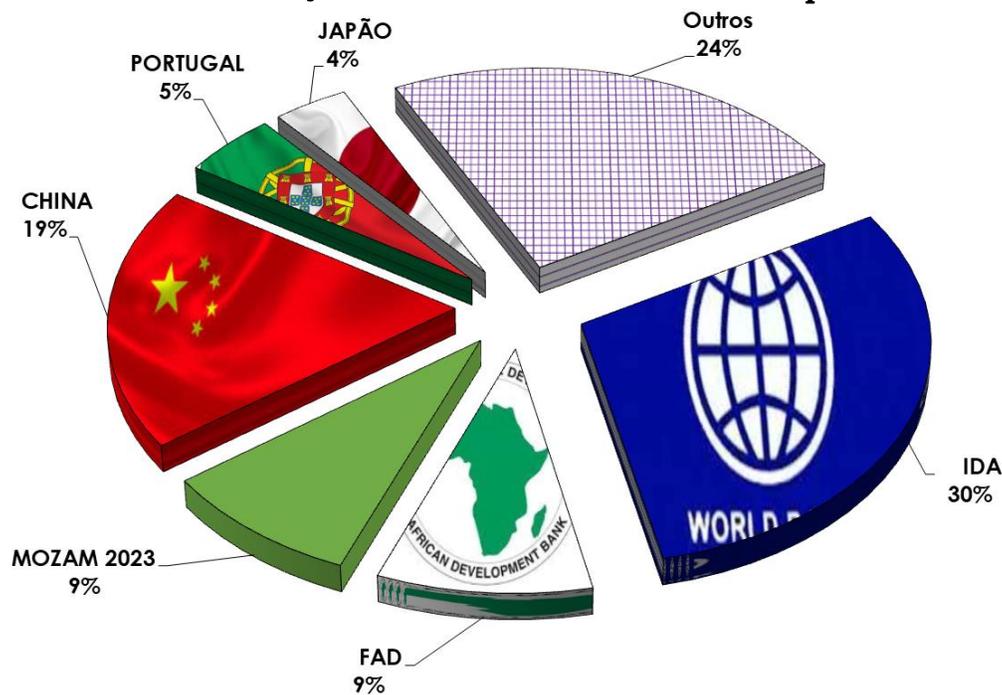
	2017	2018	2019	2020	2021	% Total 2021	Δ % 20-21
Multilateral	4 180,0	4 322,0	4 354,0	4 742,4	5 004,2	48,2%	5,5%
Bilateral	4 581,1	4 755,1	4 595,8	4 458,8	4 487,4	43,2%	0,6%
Eurobonds MOZAM 2032	727,0	727,0	900,0	900,0	900,0	8,7%	0,0%
<b>Total</b>	<b>9 488,1</b>	<b>9 804,1</b>	<b>9 849,0</b>	<b>10 101,2</b>	<b>10 391,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>3%</b>

Fonte: DRSD-MEF

Em termos individuais, a dívida externa do Governo Central continua sendo maioritariamente detida pelo mesmo grupo de 6 credores com destaque para a China e para o Banco Mundial, cujo peso na composição da carteira externa manteve-se praticamente inalterado. Embora uma carteira mais diversificada em termos de fontes

seja em princípio mais desejável já que evitaria uma excessiva exposição em relação a um credor específico, a significativa dependência do Estado em relação aos financiamentos do Banco Mundial não representa necessariamente uma vulnerabilidade pois, o perfil predominantemente concessional da maior parte dos empréstimos deste credor está associado a um efeito positivo no perfil geral de custos e riscos da dívida do Governo Central.

Gráfico 3: Distribuição da Carteira da Dívida Externa em 2021 por Credor



Fonte: DRSD-MEF

A composição do stock por moedas também apresenta uma estrutura fortemente concentrada no Dólar Americano e no Euro, implicando naturalmente que o serviço da dívida representa uma significativa fonte de pressão cambial em relação a estas divisas. Mas convém notar que esta composição do stock dominada pelo USD e pelo EUR é típica à generalidade dos Países e não representa necessariamente um problema uma vez que ela é compatível com a estrutura das reservas cambiais destes Países.

Tabela 8: Composição do Stock da Dívida Pública Externa por Moedas

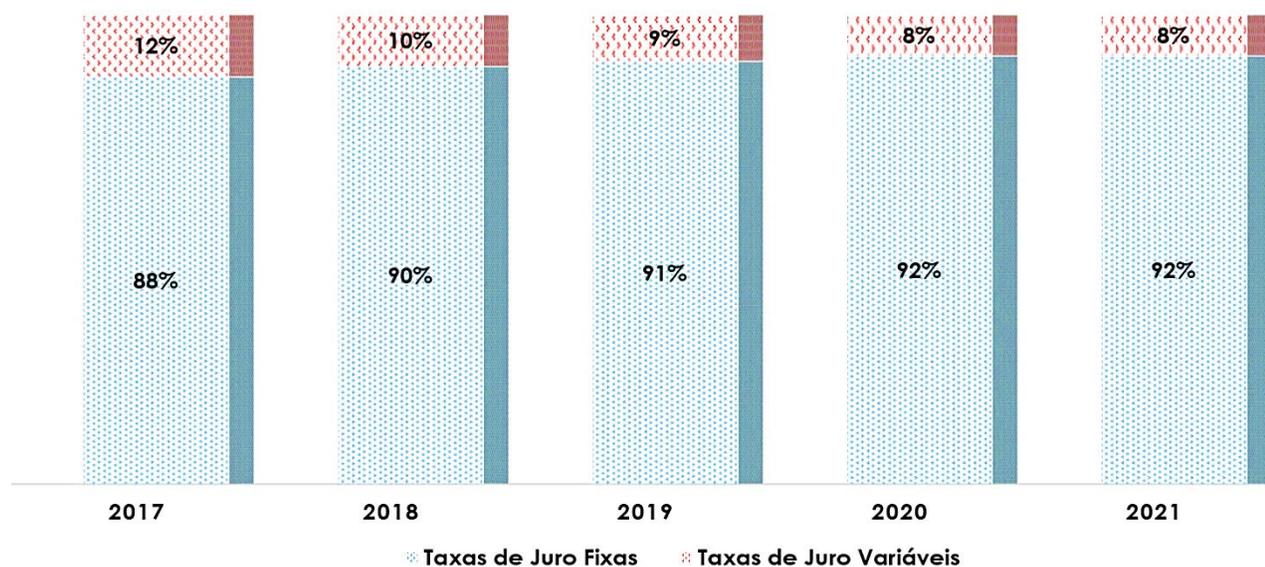
Moeda	2017	2018	2019	2020	2021
USD	66%	67%	66%	68%	68%
EUR	21%	20%	21%	20%	19%
SDR	12%	10%	10%	8%	9%
Outras Moedas*	1%	3%	4%	4%	4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

\* Dinâr Islamico, Yen Japonês, Won da Coreia do Sul, Dinâr do Kuwait e Ryal Saudita.

Fonte: DRSD-MEF

Relativamente a composição da Dívida Externa de acordo com o regime de Taxa de Juro, o gráfico evolutivo revela que, não houve alteração em comparação com o ano transacto, e que a dívida contratada à taxa de juro fixa continua a representar 92% do total em enquanto a dívida contratada a taxa de juro variável representa 8%.

Gráfico 4: Composição da Dívida Externa por Taxa de Juro



### 3.2.2. Evolução do Stock Multilateral e Bilateral da Dívida Externa

Observando o stock da dívida multilateral por credor (na Tabela 9), constata-se variações positivas nas posições dos stocks de 6 credores (IDA, BEI, FMI, BADEA, BID e OPEC), as quais ditaram o agravamento em 5,5% do stock multilateral. Este aumento do stock é justificado por novos desembolsos no montante de USD 273,8 milhões bem como pela incorporação de um montante adicional de USD 82,6 milhões resultante da reconciliação contabilística realizada com os credores ao longo do ano. Entretanto, à semelhança dos anos anteriores, o Banco Mundial (IDA) destaca-se como o credor com maior peso no stock da dívida externa com uma carteira de empréstimos que representa 63% do total, seguido do FAD, e FMI com 18% e 9%, respectivamente, tendo os restantes credores apresentado um peso inferior a 4%.

**Tabela 9: Evolução do Stock da Dívida Externa Multilateral [Milhões USD]**

<b>Credores Multilaterais</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>% do Total 2021</b>	<b>Δ % 20-21</b>
IDA	2.825,07	2.913,26	2.840,82	2.909,50	3.166,75	63,3%	8,8%
FAD	833,79	856,30	904,40	937,15	910,80	18,2%	-2,8%
FIDA	155,04	157,27	160,06	157,99	143,19	2,9%	-9,4%
BAD	6,81	8,39	9,26	9,26	9,26	0,2%	0,0%
BEI	84,09	80,96	75,01	70,13	97,74	2,0%	39,4%
NDF	67,11	61,25	57,25	55,43	54,05	1,1%	-2,5%
FMI	-	-	117,60	426,52	437,23	8,7%	2,5%
BADEA	94,49	96,30	96,09	92,06	94,06	1,9%	2,2%
BID	71,73	108,46	67,71	62,02	68,36	1,4%	10,2%
OPEC	41,67	40,20	26,21	22,33	22,79	0,5%	2,1%
<b>TOTAL</b>	<b>4.179,80</b>	<b>4.322,39</b>	<b>4.354,41</b>	<b>4.742,39</b>	<b>5.004,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,5%</b>

Fonte: DRSD-MEF

Na posição do stock da dívida bilateral, registou-se um fluxo líquido positivo (i.e, incremento do stock) em 0,6% face a 2020, resultante de: i) novos desembolsos no montante de USD 52,9 milhões; ii) incorporação de um montante adicional de USD 106,33 milhões na reconciliação de contas com os credores, e; iii) incorporação de montante adicional de USD 38,7 milhões referentes aos juros do DSSI. Os credores com maior peso no stock da dívida bilateral em 2021 foram a China, Portugal e Japão com 44%, 12% e 9% respectivamente, tendo os restantes credores apresentado um peso igual ou inferior a 6%.

**Tabela 10: Evolução do Stock da Dívida Externa Bilateral [Milhões USD]**

<b>Credores Bilaterais</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>% do Total 2021</b>	<b>Δ % 20-21</b>
China	2.023,49	2.150,95	2.021,99	1.949,16	1.980,58	44,1%	1,6%
Portugal	696,95	602,86	567,47	485,22	514,11	11,5%	6,0%
Líbia	253,38	253,38	253,38	253,38	253,38	5,6%	0,0%
Iraque	230,57	230,57	230,57	230,57	230,57	5,1%	0,0%
Índia	177,33	192,96	199,69	217,35	263,24	5,9%	21,1%
Coreia do Sul	218,75	239,73	257,68	259,98	236,40	5,3%	-9,1%
Rússia	99,95	91,96	83,96	75,96	67,97	1,5%	-10,5%
Brasil	183,33	180,84	115,74	107,09	77,20	1,7%	-27,9%
França	232,64	207,48	189,92	180,52	168,53	3,8%	-6,6%
Dinamarca	98,64	85,08	90,45	78,01	59,91	1,3%	-23,2%
Itália	-	-	8,78	8,78	8,89	0,2%	1,2%
Japão	146,95	296,53	353,44	387,38	399,63	8,9%	3,2%
Bulgária	57,80	57,80	57,80	57,80	57,80	1,3%	0,0%
Kuwait	34,94	36,39	30,86	28,83	33,18	0,7%	15,1%
Angola	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	0,7%	0,0%
Polónia	21,70	21,70	21,70	21,70	21,70	0,5%	0,0%
Espanha	9,53	8,15	8,40	7,51	6,68	0,1%	-11,1%

Roménia	12,03	11,20	9,94	9,12	7,87	0,2%	-13,7%
Aústria	15,33	19,12	18,69	25,32	28,55	0,6%	12,7%
Sérvia	6,00	4,50	4,50	4,50	-	0,0%	-100,0%
Fundo Saudita	23,58	25,87	33,01	33,25	33,48	0,7%	0,7%
Bélgica	7,90	7,71	7,02	6,60	7,02	0,2%	6,4%
<b>TOTAL</b>	<b>4.581,54</b>	<b>4.755,53</b>	<b>4.595,74</b>	<b>4.458,78</b>	<b>4.487,41</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,6%</b>

Fonte: DRSD-MEF

No que refere a dívida referente aos títulos MOZAM - 2032, o stock permaneceu inalterado em 900 milhões pois ainda não iniciou a amortização do capital da mesma.

### 3.2.3. Operações de Dívida Pública Externa (Desembolsos e Serviço)

Tabela 11: Operações sobre a Dívida Externa [Milhões USD]

Operações		2017	2018	2019	2020	2021
Dívida Externa	Desembolsos	<b>658,20</b>	<b>572,20</b>	<b>605,40</b>	<b>567,26</b>	<b>326,68</b>
	Capital Pago	126,10	248,60	284,40	316,27	263,85
	Fluxo Líquido	<b>532,10</b>	<b>323,60</b>	<b>321,00</b>	<b>250,99</b>	<b>62,83</b>
	Juros Pagos	145,20	142,00	185,40	158,90	140,86
	Transferências líquidas	<b>386,90</b>	<b>181,60</b>	<b>135,60</b>	<b>92,09</b>	<b>-78,03</b>
Bilateral	Desembolsos	<b>459,00</b>	<b>334,60</b>	<b>273,80</b>	<b>105,83</b>	<b>52,90</b>
	Capital Pago	70,10	186,70	217,70	242,81	169,34
	Fluxo Líquido	<b>388,90</b>	<b>147,90</b>	<b>56,10</b>	<b>-136,98</b>	<b>-116,44</b>
	Juros Pagos	113,00	106,50	110,10	71,01	52,96
	Transferências Líquidas	<b>275,90</b>	<b>41,40</b>	<b>-54,00</b>	<b>-207,99</b>	<b>-169,40</b>
Multilateral	Desembolsos	<b>199,20</b>	<b>237,50</b>	<b>331,50</b>	<b>461,43</b>	<b>273,78</b>
	Capital Pago	56,00	61,90	66,60	73,46	94,50
	Fluxo Líquido	<b>143,20</b>	<b>175,60</b>	<b>264,90</b>	<b>387,97</b>	<b>179,28</b>
	Juros Pagos	32,0	35,50	34,60	87,89	87,90
	Transferências Líquidas	<b>111,2</b>	<b>140,20</b>	<b>230,40</b>	<b>300,08</b>	<b>91,38</b>

Fonte: DRSD-MEF

O quadro evolutivo ilustrado nas tabela 11 e 12 mostra que, o nível de desembolsos externos registado em 2021 (USD 326,7 milhões), foi o mais baixo dos últimos cinco anos, facto que pode estar associado ao abrandamento do ritmo da execução dos projectos por conta dos problemas logísticos globais (i.e, perturbações nas cadeias de fornecimentos) causados pela pandemia do COVID-19.

**Tabela 12: Desembolsos Externos por Credor [Milhões USD]**

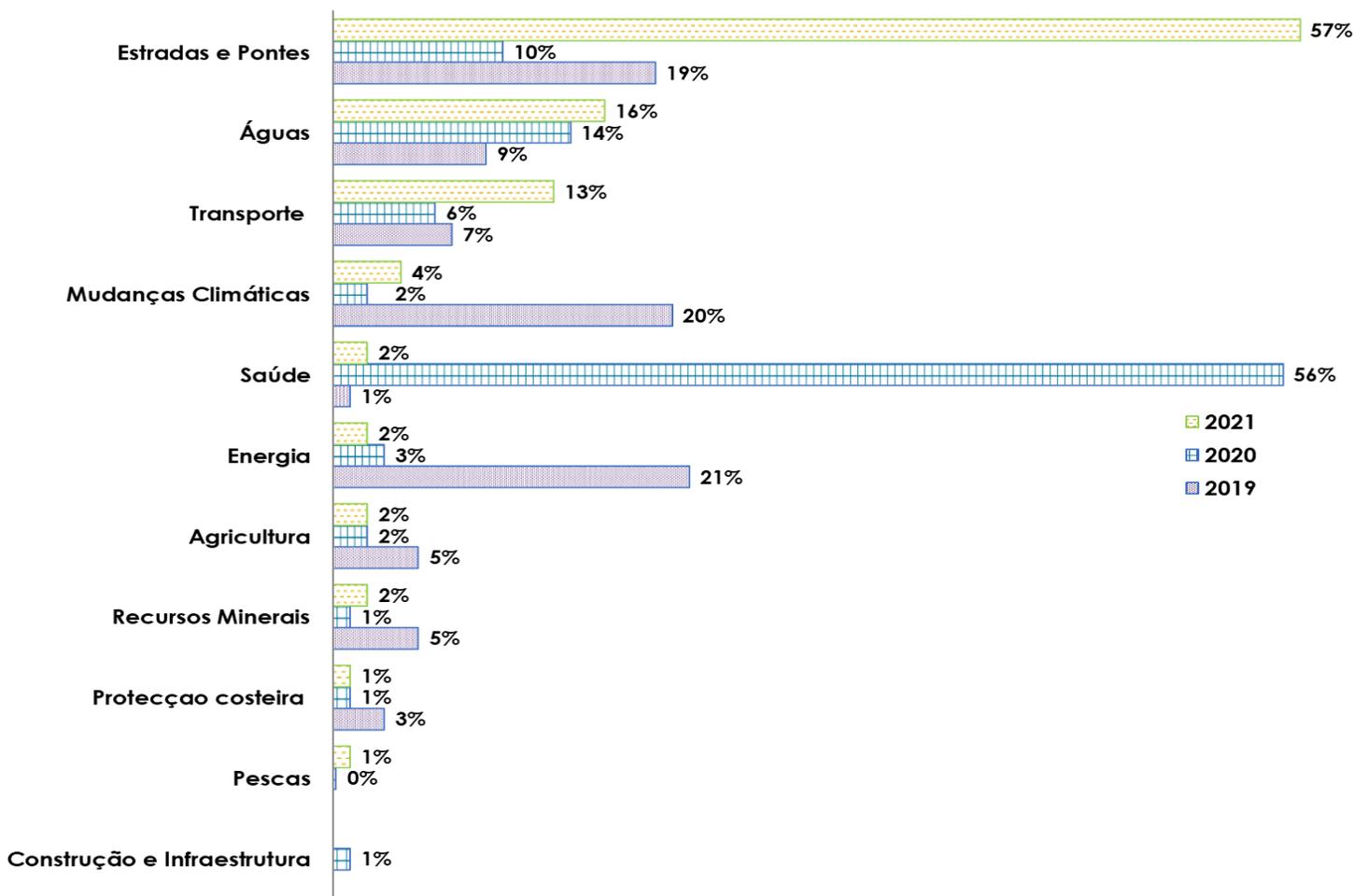
<b>Credor</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>% do Total</b>
<b>Multilateral</b>	<b>199,19</b>	<b>237,01</b>	<b>331,51</b>	<b>461,44</b>	<b>273,78</b>	<b>84%</b>
BAD	2,59	1,58	-	-	0,22	0,1%
BADEA	1,12	13,46	4,66	-	3,69	1,1%
BEI	23,76	-	-	-	-	-
BID	-	-	1,75	-	5,38	1,6%
FAD	57,80	43,72	50,71	42,57	190,76	58,4%
FIDA	0,56	10,49	6,92	2,74	-	-
IDA	107,06	163,42	145,52	105,36	69,58	21,3%
FMI	-	-	117,60	308,92	-	-
OPEC	6,30	4,34	4,35	1,85	4,14	1,3%
<b>Bilateral</b>	<b>459,02</b>	<b>334,62</b>	<b>273,82</b>	<b>105,83</b>	<b>52,90</b>	<b>16,2%</b>
Bank Austria	2,36	1,71	-	6,63	0,83	0,3%
Agência Francesa de Des.	-	3,16	153,93	0,07	-	-
Portugal	3,21	11,95	4,11	-	0,52	0,2%
Itália	-	-	8,82	-	-	-
Japão	97,55	82,63	49,80	35,40	34,28	10,5%
EXIM BANK CHINA	320,59	199,80	12,16	41,17	-	-
EXIM BANK INDIA	1,81	17,49	6,64	19,02	15,32	4,7%
EXIM BANK KOREA	7,78	10,60	18,43	2,31	1,95	0,6%
KUWAIT FUND	2,38	2,59	-	-	-	-
FUNDO SAUDITA	4,18	2,29	2,82	0,24	-	-
Nord Bank - Dinamarca	19,16	2,40	17,11	0,99	-	-
<b>Total [Multilateral + Bilateral]</b>	<b>658,21</b>	<b>571,63</b>	<b>605,33</b>	<b>567,27</b>	<b>326,68</b>	<b>100%</b>

**Fonte: DRSD-MEF**

### 3.2.4. Desembolsos dos Empréstimos Externos por Sector Económico

Em 2020, a pandemia do COVID-19 impusera uma súbita e atípica mudança no padrão de alocação sectorial de financiamento em Moçambique e um pouco por todo mundo, fazendo com que o sector de Saúde emergisse como o maior beneficiário. Entretanto, em 2021, a alocação sectorial dos empréstimos no País voltou a seguir o padrão tradicional, priorizando tipicamente o investimento em capital corpóreo nos sectores de **Estradas e Pontes (57%)**, **Águas (16%)** e **Transportes (13%)**.

Gráfico 5: Alocação Sectorial dos Empréstimos Externos Desembolsados em 2021



Fonte: DRSD-MEF

### 3.2.5. Novos Empréstimos Externos Contraídos pelo Estado em 2021

Em 2021, foram rubricados apenas dois Acordos de empréstimos externos concessionais perfazendo um montante global de USD USD 238,71 milhões, conforme indica a Tabela 13. Este nível de contratação evidencia um abrandamento do ritmo de endividamento num contexto em que, na perspectiva de melhorar os indicadores de sustentabilidade, o

Governo tem estado a apostar na mobilização de recursos externos na modalidade de donativos (i.e, financiamentos que não acarretem encargos futuros).

Tabela 13: Novos Empréstimos Contraídos em 2021 [Valores Contratuais em milhões USD]

Credor	Projecto	Valor Contratual	Maturidade (Anos)	Carência (Anos)	Taxa de Juro	Data de Assinatura
Exim Bank Coreia	Sistema de Informação de Gestão de Segurança Pública - Fase II	88,71	40 anos	15 anos	0,01%	25/05/2021
Banco Mundial	Resiliência Rural no Norte de Moçambique	150	20 anos	6 anos	0,92%	23/11/2021
		<b>238,71</b>				

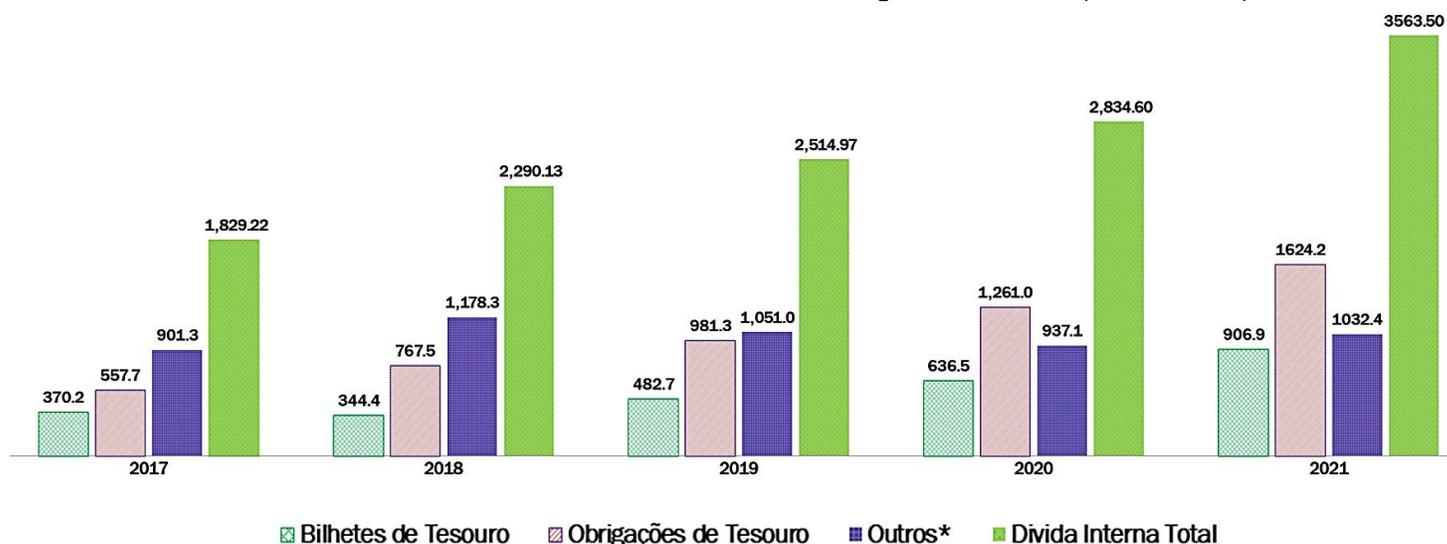
Fonte: DEMP-MEF

### 3.3. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

#### 3.3.1. Posição e Composição do Stock da Dívida Interna

O stock da dívida interna no final de 2021 foi de USD 3,56 mil milhões ( MZN 227,5 mil milhões), o correspondente a 26% da dívida total do Governo Central.

Gráfico 6: Evolução do Stock da Dívida Pública Interna por Instrumento (Milhões USD)



[USD Milhões, Taxa de Câmbio USD/MZN 2021: 63,83]

Fonte: DRSD-MEF

A posição do stock da dívida interna subiu em 26% em comparação com 2020 e esta subida foi largamente ditada pelo significativo incremento do volume de emissões de OTs e BTs. Aliás, o peso da dívida mobiliária sobre a carteira da dívida interna passou de 67% em 2020 para 71% em 2021. Na Tabela 13, a composição da Dívida Interna por

**Instrumento de Emissão, é detalhadamente apresentada na sua denominação original (em Meticais).**

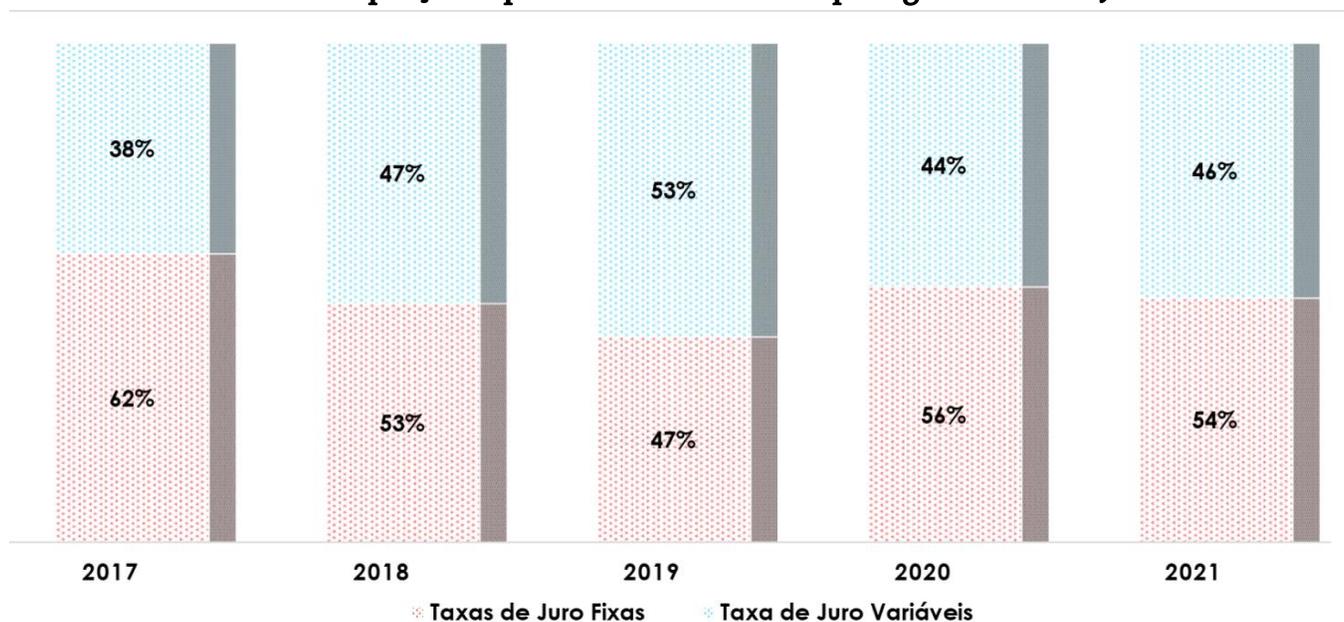
**Tabela 14: Evolução do Stock da Dívida Pública Interna por Instrumento [Milhões de MZN]**

Instrumento	2017	2018	2019	2020	2021	% Total 2021	Δ % 20-21
<b>Obrigações de Tesouro</b>	<b>32.591,28</b>	<b>46.707,86</b>	<b>60.320,38</b>	<b>87.598,41</b>	<b>103.670,02</b>	<b>46%</b>	<b>18%</b>
Financiamento ao OE	25.189,83	39.306,41	49,316.79	76.737,40	93.987,33	41%	22%
Reestruturação e Consolidação	7.401,45	7.401,45	11,003.59	10.861,01	9.682,69	4%	-11%
<b>Bilhetes de Tesouro</b>	<b>21.634,06</b>	<b>20.957,19</b>	<b>29,671.98</b>	<b>44.219,76</b>	<b>57.886,44</b>	<b>25%</b>	<b>31%</b>
<b>Outros</b>	<b>52.674,27</b>	<b>71.712,12</b>	<b>64.602,81</b>	<b>65.098,44</b>	<b>65.898,02</b>	<b>29%</b>	<b>1%</b>
Banco Central	34.382,30	38.312,78	42,312.78	42.220,45	42.203,97	19%	0%
Reestruturação e Consolidação SEE	12.181,21	15.709,02	5,154.64	4.156,69	5.223,10	2%	26%
Financiamento Bancário	6.110,76	17.690,32	17,135.39	18.721,30	18.470,96	8%	-1%
<b>Total Dívida Interna</b>	<b>106.899,61</b>	<b>139.377,17</b>	<b>154.595,17</b>	<b>196.916,60</b>	<b>227.454,48</b>	<b>100%</b>	<b>16%</b>

Fonte: DRSD-MEF

**Relativamente as condições de contratação da dívida interna, a proporção de crédito a taxa de juro fixa reduziu em 2pp, passando de 56% em 2020 para 54% em 2021.**

**Gráfico 7: Composição Proporcional da Dívida Interna por regime de Taxa de Juro**



Fonte: DRSD-MEF

### 3.3.2. Operações de Dívida Pública Interna

Tal como temos estado a referir, em 2021, pelo terceiro ano consecutivo, o exercício económico voltou a fechar com um fluxo líquido positivo (i.e, um agravamento) no stock da dívida interna. No entanto, embora o volume de operações (emissões e desembolsos) se tenha mantido elevado, na prática foram menores em comparação com níveis recordes atingidos no ano anterior, tal como se pode deprender pelas variações apuradas na tabela 15 abaixo.

Tabela 15: Operações sobre a Dívida Interna 2017-2021 [Milhões MZN]

Operações		2017	2018	2019	2020	2021	Δ % 20-21
Dívida Interna	Emissões	96.683,31	111.137,14	95.671,11	205.726,69	186.485,68	-9%
	Capital Pago	75.268,36	78.659,59	90.733,53	163.441,12	155.947,81	-5%
	Fluxo Líquido*	<b>21.414,95</b>	<b>32.477,55</b>	<b>4.937,58</b>	<b>42.285,57</b>	<b>30.537,87</b>	<b>-28%</b>
	Juros Pagos	9.055,40	16.936,53	25.892,69	15.787,52	16.094,52	2%
	Transferências Líquidas**	<b>12.359,55</b>	<b>15.541,02</b>	<b>-20.955,11</b>	<b>26.498,05</b>	<b>14.443,36</b>	<b>-45%</b>

\* Fluxo líquido é igual a Desembolso menos capital

\*\*Transferências líquidas é igual ao Fluxo líquido menos Juros Pagos

Fonte: DRSD-MEF

Tabela 16: Movimentos da Dívida Interna 2020-2021 [Milhões MZN]

	Stock 31/12/20	MOVIMENTOS 2021			Stock 31/12/21	Δ % 20-21
		Desembolsos/ Emissões	Serviço da Dívida			
			Amortizações	Juros		
<b>Banco Central</b>	<b>42.220,45</b>	<b>4.578,40</b>	<b>4.594,88</b>	<b>289,00</b>	<b>42.203,97</b>	<b>0,04%</b>
<b>Bilhetes de Tesouro</b>	<b>44.219,76</b>	<b>139.153,09</b>	<b>125.486,42</b>	<b>3.681,59</b>	<b>57.886,43</b>	<b>31%</b>
<b>Obrig. de Tesouro</b>	<b>87.598,41</b>	<b>38.590,42</b>	<b>22.518,81</b>	<b>9.083,53</b>	<b>103.670,02</b>	<b>18%</b>
Financiamento OE	76.737,40	38.590,42	21.340,49	8.113,58	93.987,33	22%
Reestruturação e Consolidação	10.861,01	0,00	1178,32	969,94	9.682,70	-11%
<b>Outros</b>	<b>22.877,99</b>	<b>4.163,78</b>	<b>3.347,71</b>	<b>3.040,41</b>	<b>23.694,06</b>	<b>4%</b>
Reestruturação e Consolidação SEE	4.156,69	4.163,78	3097,37	532,72	5.223,10	26%
Financiamento Bancário	18.721,30	0	250,34	2.507,69	18.470,96	-1%
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>196.916,61</b>	<b>186.485,68</b>	<b>155.947,81</b>	<b>16.094,52</b>	<b>227.454,48</b>	<b>16%</b>

Fonte: DRSD-MEF

### 3.3.3. Projecção do Serviço da Dívida Pública Interna a Médio Prazo

As projecções para o horizonte de médio prazo, apontam para um significativo volume de serviço da dívida interna até 2025, por conta do reembolso do capital e juros da dívida para com o Banco Central bem como de novos vencimentos de OTs.

Tabela 17: Projecção do Serviço da Dívida Pública Interna 2023-2027 (em milhões de MZN)

Descrição/Ano	2023	2024	2025	2026	2027
Amortizações	45.080,73	44.081,63	45.946,09	18.314,66	11.225,48
Juros	26.242,71	9.066,03	9.635,97	3.958,61	1.582,40
<b>Total</b>	<b>71.323,44</b>	<b>53.147,66</b>	<b>55.582,06</b>	<b>22.273,27</b>	<b>12.807,88</b>

Fonte: DRSD-MEF

## IV. ATRASADOS DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA

A folha de atrasados externos do Governo Central integra dívidas com os cinco Credores bilaterais não-membros do Clube de Paris com os quais Moçambique não pôde chegar a Acordo de reestruturação no quadro da iniciativa HIPC (Angola, Bulgária, Iraque, Líbia e Polónia).

Enquanto perdurar este impasse negocial e não haver uma reconciliação dos stocks, o montante de atrasados com estes credores transita de ano para ano sem qualquer capitalização, mantendo-se portanto na posição fixa de USD 594.2 milhões. A desagregação deste montante de atrasados por credor pode ser vista na tabela geral do stock bilateral (Vide Tabela 10).

## V. DÍVIDA DIRECTA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

### 5.1. Posição do Stock Total e Composição da Carteira

O stock total da dívida directa do SEE cresceu em cerca de 29,5% passando de USD 3.020,2 milhões em 2020 para USD 3.910,85 milhões em 2021 em consequência do incremento na ordem de 32,6% e 8,6% registado na componente externa e interna respectivamente. O stock nominal da dívida interna do SEE quando contabilizado em dólares americanos apresenta um crescimento face ao registado em 2020 devido ao efeito da variação cambial do metical face ao dólar americano em 2021. Entretanto, em termos reais, o stock da dívida interna quando contabilizada em meticais registou um ligeiro decréscimo de 0,2%.

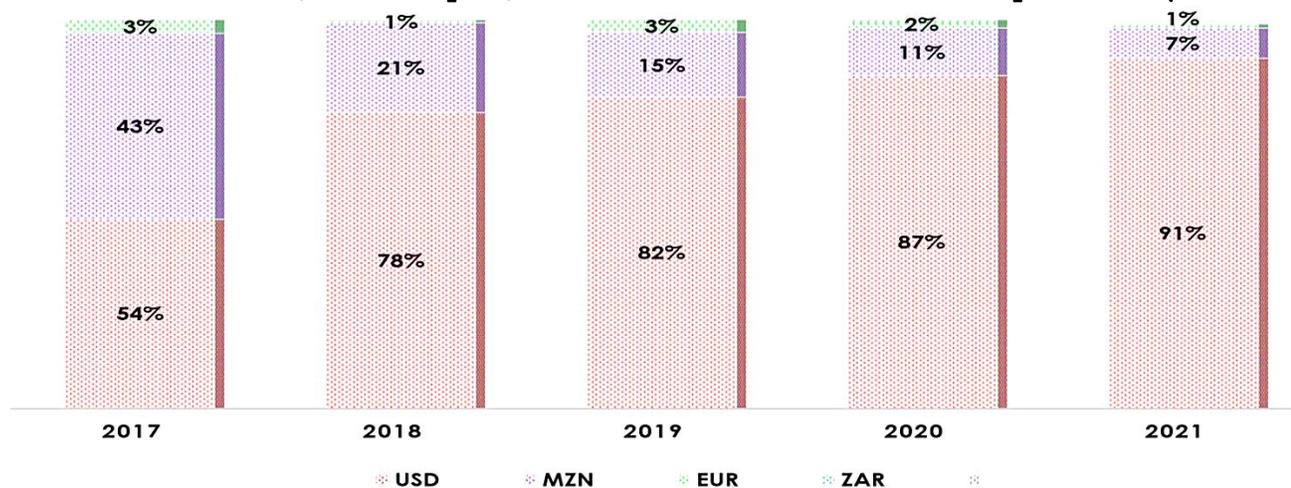
Tabela 18: Evolução do Stock Total da Dívida do SEE incluindo a ENH [USD Milhões e % do Total]

	2018		2019		2020		2021		Δ % 20-21
Dívida Externa	1,431.70	76%	2,267.48	82%	2.630,19	87%	3.487,22	89%	32,6%
Dívida Interna	459	24%	472.2	18%	389,98	13%	423,63	11%	8,6%
<b>Dívida Total</b>	<b>1,890.70</b>	<b>100%</b>	<b>2,739.68</b>	<b>100%</b>	<b>3.020,17</b>	<b>100%</b>	<b>3.910,85</b>	<b>100%</b>	<b>29,5%</b>
da qual Dívida da ENH			1,929.10	70%	2.268,86	75%	3.237,01	83%	42,7%
<b>Dívida Total do SEE excluindo ENH</b>	<b>810.58</b>	<b>-</b>	<b>751,31</b>	<b>-</b>	<b>673,84</b>	<b>17%</b>	<b>-10,3%</b>		

[Taxa de Câmbio USD/MZN 2020: 63,83] Fonte: IGEPE

O Dólar Americano reforçou a sua posição como moeda dominante na composição da carteira da dívida do SEE, uma vez que, a proporção de crédito denominado em USD incrementou em 4pp passando de 87% em 2020 para 91% em 2021, resultante do: i) aumento do stock da ENH à medida que os desembolsos se efectuam acompanhando a evolução dos investimentos, e; ii) redução do peso das dívidas denominadas em Metical, Euro e Randes que se situaram em 7%, 1% e 0,49% respectivamente.

Gráfico 8: Evolução da Composição da Carteira da Dívida Total do SEE por Moeda (2017-2021)



Fonte: IGEPE

Em consonância com o padrão de alocação dos anos anteriores, as Empresas Públicas do SEE absorveram em 2021 cerca de 91%, do volume de crédito de todo SEE (o correspondente a USD 3.556,26 milhões), contra apenas 9% (o equivalente a USD 354,58 milhões) mobilizados pelas Empresas Participadas.

**Tabela 19: Dívida do SEE por Segmentos e Empresas [em Milhões USD]**

<b>Empresas Mutuárias</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Peso %</b>	<b>Δ21-20</b>	<b>Δ % 21-20</b>
<b>Empresas Públicas</b>	<b>2.583,46</b>	<b>3.556,26</b>	<b>90,9%</b>	<b>972,80</b>	<b>38%</b>
ADM, E.P.	245,33	186,41	<b>4,8%</b>	- 58,92	<b>-24%</b>
EDM, E.P	18,32	40,48	<b>1,0%</b>	22,16	<b>121%</b>
ENH, E.P	2.286,31	3.237,01	<b>82,8%</b>	950,70	<b>42%</b>
Correios de Moçambique, E.P	0,23	0,18	<b>0,0%</b>	- 0,05	<b>-23%</b>
CFM, E.P	32,59	91,78	<b>2,3%</b>	59,19	<b>182%</b>
Rádio Moçambique, E.P	0,30	0,26	<b>0,0%</b>	- 0,04	<b>-14%</b>
Televisão de Moçambique, E.P	0,38	0,15	<b>0,0%</b>	- 0,23	<b>-60%</b>
<b>Empresas Participadas</b>	<b>436,72</b>	<b>354,58</b>	<b>9,1%</b>	<b>- 82,14</b>	<b>-19%</b>
BNI, S.A	16,73	17,66	<b>0,5%</b>	0,93	<b>6%</b>
CMG S.A	58,36	19,97	<b>0,5%</b>	- 38,39	<b>-66%</b>
EMEM, S.A	32,39	36,31	<b>0,9%</b>	3,92	<b>12%</b>
PETROMOC, S.A	142,67	103,78	<b>2,7%</b>	- 38,89	<b>-27%</b>
TMCel, S.A.	72,68	45,95	<b>1,2%</b>	- 26,73	<b>-37%</b>
DOMUS, S.A	0,45	0,32	<b>0,0%</b>	- 0,13	<b>-28%</b>
EMOSE, S.A	2,06	2,01	<b>0,1%</b>	- 0,05	<b>-2%</b>
LAM, S.A	105,37	123,83	<b>3,2%</b>	18,46	<b>18%</b>
SMM, S.A	1,65	1,48	<b>0,0%</b>	- 0,17	<b>-10%</b>
Sociedade Notícias, S.A	0,18	0,18	<b>0,0%</b>	- 0,00	<b>-1%</b>
STEMA, S.A	4,19	2,75	<b>0,1%</b>	- 1,44	<b>-34%</b>
HCB, S.A	-	0,31	<b>0,0%</b>	0,31	<b>100%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.020,18</b>	<b>3.910,85</b>	<b>100,0%</b>	<b>890,66</b>	<b>29%</b>

Fonte: IGEPE

O crescimento do volume de crédito contratado pelas Empresas do SEE em 2021 resulta em grande medida do incremento do stock da dívida das empresas ENH, E.P (42%), CFM, E.P (182%), EDM, E.P(121%) e LAM, S.A(18%).

## **5.2. DÍVIDA EXTERNA DO SEE**

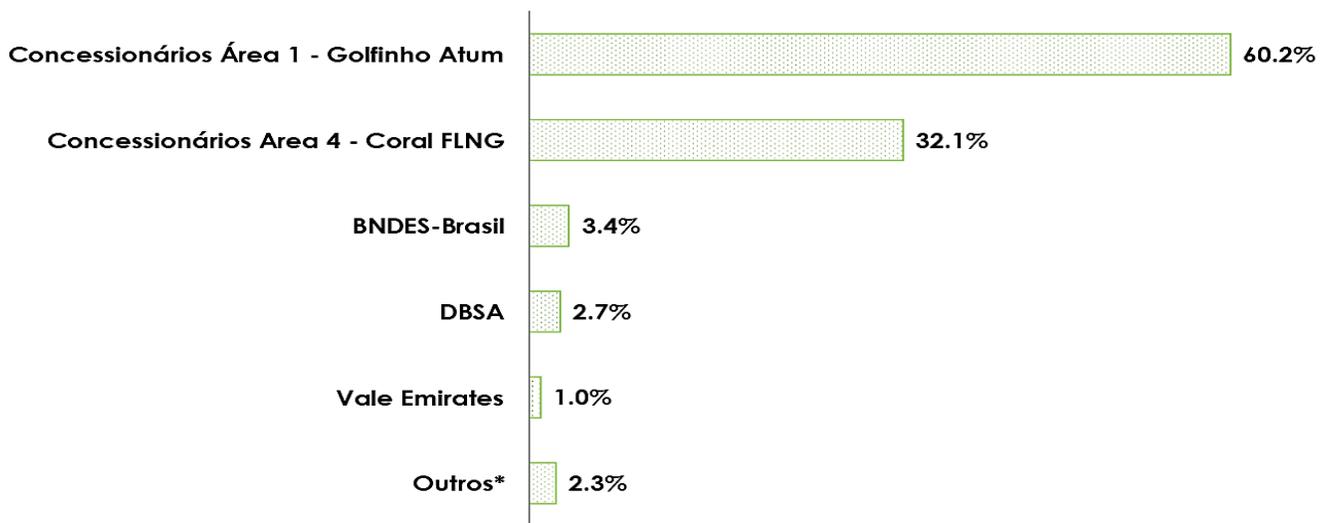
### **5.2.1. Composição do Stock da Dívida Externa Directa do SEE**

Em 2021, o stock de dívida externa directa do SEE cresceu em 32,58% face ao apurado em 2020, passando de USD 2.630,2 milhões para USD 3.487,22 milhões, o correspondente a 19,6% do PIB como corolário do incremento do nível de endividamento das Empresas Públicas em 34% (USD 831,91 milhões ) contrariando a tendência de redução em 21% do nível de endividamento das Empresas Participadas. As Empresas Públicas que mais

contribuíram para o aumento do nível de endividamento foram a ENH, os CFM, E.P e a EDM, E.P que incrementaram os respectivos stocks em 42% (USD 950,70 milhões), 182% (USD 59.19 milhões) de 121% (USD 22,16 milhões) respectivamente.

Os credores das concessionárias das Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma continuam a dominar a estrutura da dívida externa directa do SEE pois detêm em conjunto 92,29% (USD 3.218,37 milhões) do stock em resultado do acumulação das dívidas contratadas para assegurar a comparticipação do Estado nos projectos de exploração de hidrocarbonetos. Ao excluir-se a ENH, o stock da dívida externa reduz substancialmente para USD 268,84 milhões, passando a representar 7,7% da dívida directa total do SEE o correspondente a 1,5% do PIB.

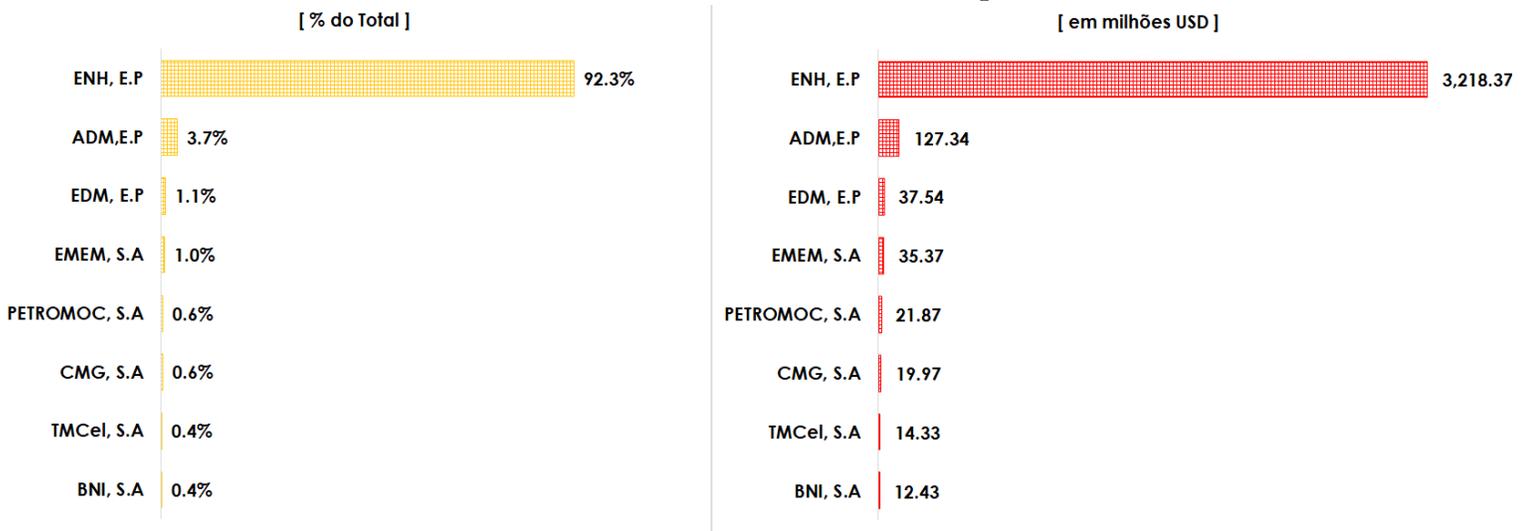
Gráfico 9: Estrutura da Dívida Externa do SEE em 2021 por Credores



\* Outros: EXIM BANK INDIA (0.6%), Standard Bank South Africa (0.6%), KfW (0.4%), TDB (0.4%) e Deustch Bank (0.3%).  
Fonte: IGEPE

A ENH lidera também a estrutura da carteira da dívida externa por beneficiários, tendo absorvido cerca de USD 3.218,37 milhões (92,3%) do financiamento externo directo, seguida pelos Aeroportos de Moçambique com uma dívida avaliada em 127,34 milhões de USD (3,7% do total da dívida externa), a EDM com 37,54 milhões de USD (1,1%) e a EMEM com 35,37 milhões de USD (1, %).

**Gráfico 10: Estrutura da Dívida Externa do SEE em 2021 por Mutuários**



Fonte: IGEPE

Em termos de composição por moeda, 95% do stock da dívida directa externa está denominado em dólares, por conta dos financiamentos mobilizados para o sector de exploração de hidrocarbonetos através dos quais o Estado qual moçambicano assegurou a sua participação através de empréstimos contraídos junto dos concessionários das Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma.

**Gráfico 11: Composição da Carteira da Dívida Externa do SEE por Moeda em 2021**



Fonte: IGEPE

### 5.2.2. Serviço e Atrasados da Dívida Externa do SEE

Ao longo do exercício fiscal 2021, o SEE amortizou um total de USD 55,30 milhões dos quais USD 16,50 milhões (30%) corresponderam a pagamento de juros e USD 38,80 milhões (70%) a amortização do capital, conforme desagregado na Tabela 20.

**Tabela 20: Serviço da Dívida Externa do SEE [em milhões USD]**

	<b>Capital</b>	<b>Juros</b>	<b>Serviço Total</b>
<b>Empresa Pública</b>	<b>19,69</b>	<b>6,90</b>	<b>25,92</b>
ADM, E.P	17,08	6,72	23,80
EDM, E.P	2,60	0,18	2,79
<b>Empresa Participada</b>	<b>19,11</b>	<b>9,60</b>	<b>28,71</b>
BNI, S.A	6,42	1,16	7,58
EMEM, S.A	-	3,36	3,36
PETROMOC, S.A	3,95	3,94	7,88
TMCel, S.A.	8,74	1,15	9,89
<b>Total</b>	<b>38,80</b>	<b>16,50</b>	<b>55,30</b>

Fonte: IGEPE

A semelhança do verificado em 2020, a Empresa Aeroportos de Moçambique, E.P continuava a liderar em 2021 a lista das empresas com o maior volume de atrasados da dívida externa directa (USD 136,3 milhões). Este volume de atrasados dos ADM E.P decorrem do incumprimento no reembolso do financiamento para a construção do Aeroporto de Nacala junto ao BNDES. Entretanto, na sequência do já avançado processo de negociação desta dívida entre os representantes do Governo de Moçambique e do Brasil espera-se concluir em 2022 o acordo de reestruturação deste empréstimo, formalizando-se deste modo a assumpção do respectivo serviço pelo Governo Central.

A seguir à ADM E.P, encontra-se a TMCel, SA com atrasados no valor total de 26,57 milhões de USD devidos ao AFD 33 (USD 1,7 milhões) , DBSA (USD 21,8 milhões) e KFW (USD 3,1 milhões). Por último temos a EDM E.P com um valor de atrasados externos de USD 0,5 milhões devidos a BEI. Assim o volume total de atrasados externos do SEE rondava em cerca de USD 162,75 milhões.

### **5.3. DÍVIDA INTERNA DO SEE**

#### **5.3.1. Composição do Stock da Dívida Interna Directa do SEE**

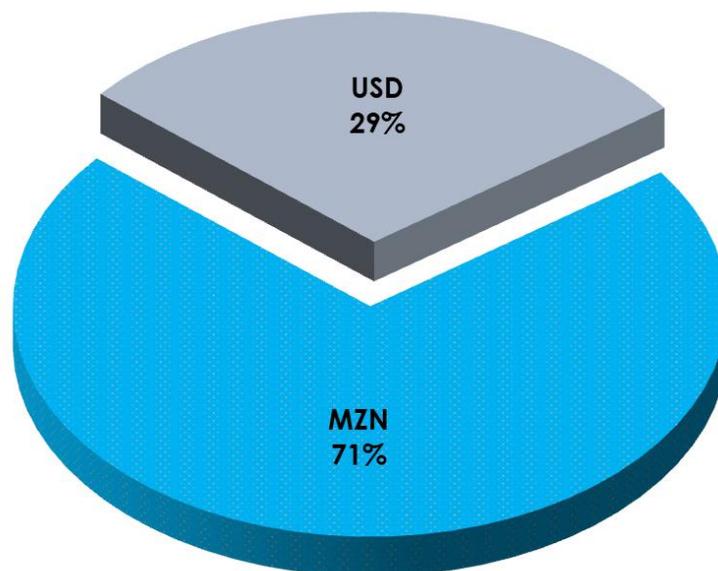
O stock de dívida interna directa do SEE registou uma redução de 0,2% em 2021, tendo alcançado cerca de 27.0 mil milhões de MT (USD 423,6 milhões ), contra os MZN 27.1 mil milhões (USD 389.9 milhões de) registados em 2020. Este desempenho resulta em parte da redução em 14% no volume de endividamento das Empresas Participadas<sup>1</sup>, com destaque para a PETROMOC, STEMA e o BNI, que liquidaram 37,0% (MZN 3.044,3 milhões), 40% (MZN 115,4 milhões), e 22% (MZN 93.1 milhões), respectivamente.

<sup>1</sup> No SEE, as Empresas Participadas sempre foram o segmento mais dependente do mercado financeiro doméstico, e mobilizam mais de 50% das suas necessidades de financiamento ao nível da Banca nacional. Por sua vez, as Empresas Públicas financiam-se quase que por completo (em mais de 90%) de fontes externas.

Por sua vez, o stock da dívida interna directa das Empresas Públicas apresentou um comportamento inverso, registrando um aumento de 44%, o equivalente MZN 3,38 mil milhões (USD 52,95 milhões) incrementando assim o stock para MZN 11.04 mil milhões, muito por conta do aumento do stock da dívida contraída pelos CFM, E.P em MZN 3,59 mil milhões (USD 56,24 milhões).

No que respeita a composição da carteira da dívida interna por moeda, o metical manteve a sua hegemonia como a moeda de maior peso no stock da dívida interna directa do SEE em 2021 devido a obrigatoriedade de conversão de empréstimos em moeda estrangeira para a moeda local imposta pelo regulador (Banco de Moçambique) através do Aviso nº 20/GBM/2017, de 11 de Dezembro. Assim 71% da carteira da dívida interna directa do SEE estava denominada em Meticais, contra apenas 29% que se encontrava denominado em dólares americanos.

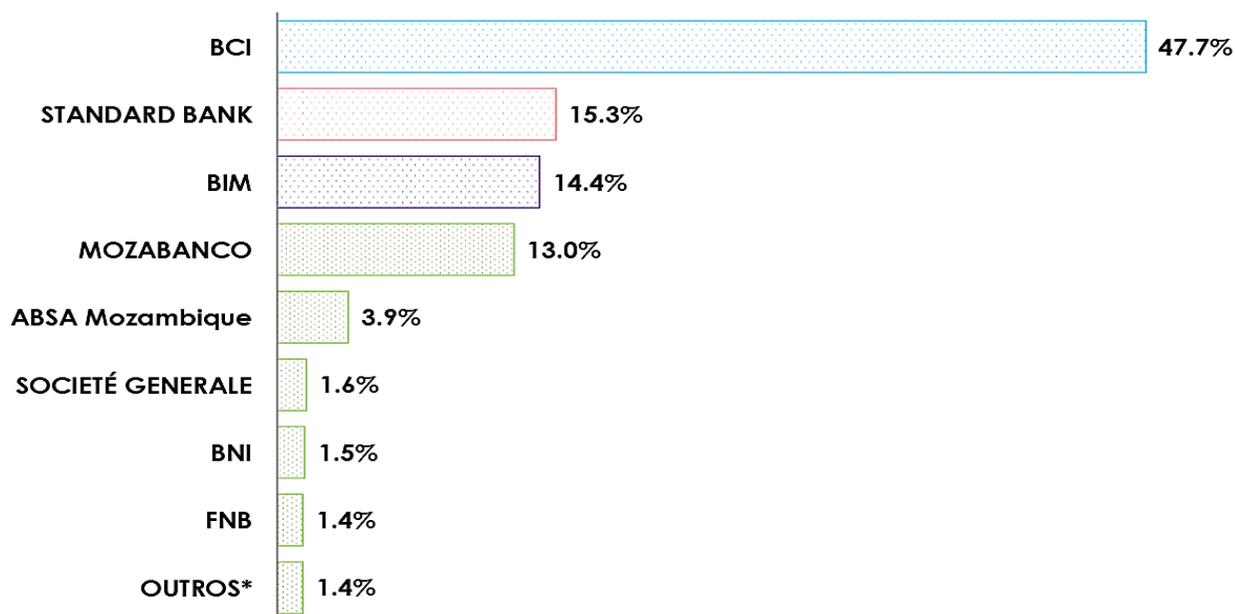
Gráfico 12: Composição da Carteira da Directa Interna do SEE por Moeda em 2021



Fonte: IGEPE

A estrutura de credores da dívida interna do SEE é dominada pelos 5 maiores Bancos Comerciais do País. O BCI com 47,7% (MZN 12.896,41 milhões), Standard Bank com 15,3% (MZN 4.129,08 milhões), BIM com 14,4% (MZN 3.906,94 milhões) e o Moza Banco com 13% (MZN 3.508,14 milhões) detinham o equivalente a 90.4 % de toda a dívida interna directa do SEE em 2021, o que representa um crescimento de 1.5% face ao ano 2020 de acordo com o Gráfico 13 abaixo.

**Gráfico 13: Composição da Carteira da Directa Interna do SEE por Credores em 2021**

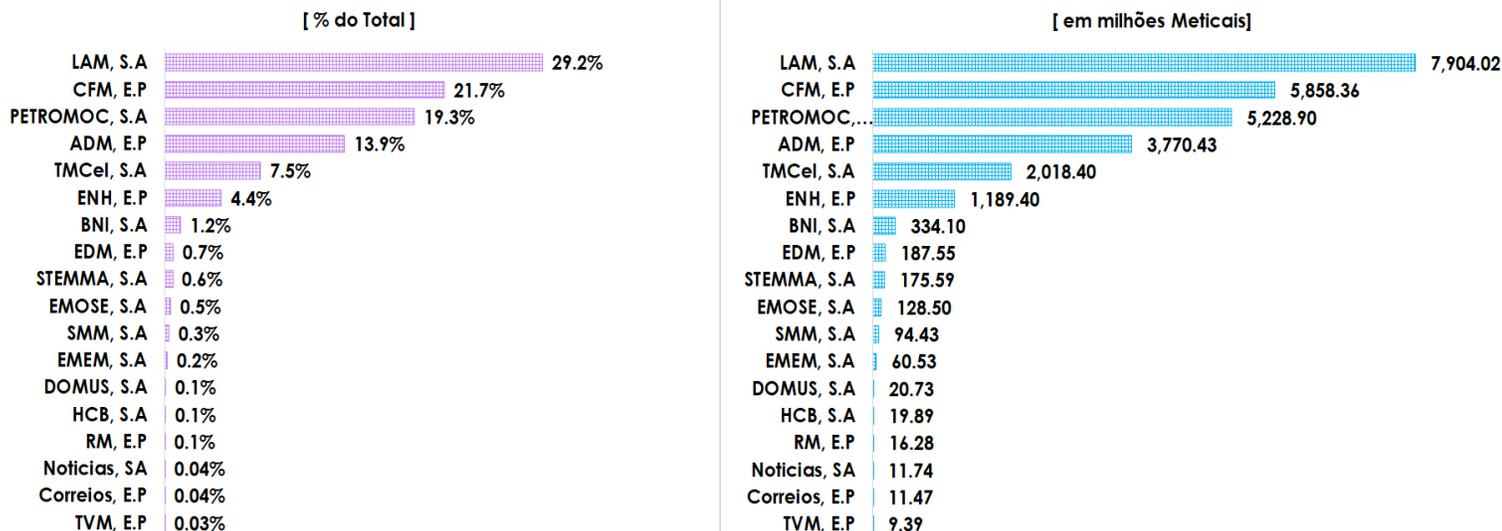


**\*Outros: Sociedade Cooperativa SCRL (0.6%), ABC (0.4%), Banco Unico (0.2%), Banco Mais (0.2%)**

Fonte: IGEPE

No que se refere a estrutura da dívida interna por mutuários, importa referir que a LAM assumiu a liderança das empresas do SEE com maior volume de passivos internos conforme comprova o gráfico 14 suplantando a PETROMOC que, em 2020 detinha 30% do total da dívida interna do SEE. Assim em 2021, seis (06) empresas detinham 96% do stock da dívida interna directa e para além da LAM (29%), as principais beneficiárias dos empréstimos foram: os CFM (22%), a PETROMOC (19%), os ADM (14%), a TMcel (7%), e a ENH (4%).

**Gráfico 14: Estrutura da Dívida Interna do SEE em 2020 por Mutuários**



Fonte: IGEPE

### 5.3.2. Serviço e Atrasados da Dívida Interna do SEE

O SEE despendeu em 2021 um total de MZN 13,63 mil milhões na amortização do serviço da dívida junto dos credores domésticos. Deste montante, MZN 9,82 mil milhões (72%) correspondem a amortização do capital e MZN 3,81 mil milhões (28%) refere-se ao pagamento de juros. Do capital amortizado, MZN 6,56 mil milhões (67%) foram desembolsados pelas Empresas Participadas e MZN 3,26 mil milhões (33%) pelas Empresas Públicas. No concernente ao pagamento de juros, MZN 2,84 mil milhões (74%) foram pagos pelas Empresas Participadas, enquanto que MZN 976,34 milhões (26%) foram desembolsados pelas Empresas Públicas.

Tabela 21: Serviço da Dívida Interna do SEE [em milhões MZN]

	Capital	Juros	Serviço Total
<b>Empresas Públicas</b>	<b>3.262,76</b>	<b>976,34</b>	<b>4.239,10</b>
ADM, E.P	1.253,19	496,03	1.749,23
EDM, E.P	118,06	13,92	131,98
Correios E.P	8,04	3,02	11,06
ENH, E.P.	188,57	126,67	315,24
CFM, E.P	1.667,28	332,26	1.999,54
RM, E.P	16,21	2,20	18,41
TVM, E.P	11,41	2,24	13,65
<b>Empresas Participadas</b>	<b>6.558,22</b>	<b>2.837,12</b>	<b>9.395,34</b>
BNI, S.A	184,10	20,55	204,65
DOMUS, S.A	14,16	2,69	16,85
EMEM, S.A	7,55	7,43	14,97
EMOSE, S.A	59,71	16,91	76,61
LAM, S.A	-	0,40	0,40
PETROMOC, S.A	2.571,65	1.511,47	4.083,12
SMM, S.A	2.289,64	942,46	3.232,10
Notícias, S.A	85,78	27,44	113,22
STEMA, S.A	7,54	2,39	9,93
TMCel, S.A.	54,67	28,44	83,11
<b>TOTAL</b>	<b>9.820,99</b>	<b>3.813,46</b>	<b>13.634,44</b>

Fonte: IGEPE

Relativamente aos atrasados internos do SEE, o stock ao fecho do exercício fiscal 2021, rondava em torno de MZN 878,70 milhões, sendo 66% (MZN 581,64 milhões) do total detido pelas Empresas Públicas e os restantes 34% (MZN 297,06 milhões) pelas Empresas Participadas. As Empresas ADM e a LAM apresentam os maiores volumes de atrasados, na ordem de MZN 548,41 milhões e MZN 167,58 milhões, respectivamente.

**Tabela 22: Atrasados da Dívida Interna do SEE [em milhões MZN]**

Empresas Mutuárias		Montante por Credor	Total dos Atrasados
<b>Empresas Públicas</b>			<b>581,64</b>
Aeroportos de Moçambique, E.P	BCI	372,74	548,42
	Mozabanco	175,68	
CFM, E.P	Standard Bank	26,27	26,27
Correios de Moçambique, E.P	ABC	1,13	6,96
	BIM	5,82	
Empresas Mutuárias		Montante por Credor	Total dos Atrasados
<b>Empresas Participadas</b>			<b>129,18</b>
EMEN, S.A	BCI	9,14	9,14
Sociedade Notícias, S.A	Banco Único	3,17	13,54
	BCI	0,63	
	FNB	1,00	
	Standard Bank	0,88	
STEMA, S.A	BNI	10,53	10,53
LAM, S.A	BCI	167,58	167,58
TMcel, S.A	Standard Bank	96,27	96,27
<b>Total [Públicas + Participadas]</b>			<b>685,55</b>

Fonte: IGEPE

#### 5.4. NOVOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E INTERNOS EM 2021

Em 2021, não foi contraído qualquer empréstimo externo, tendo as empresas do SEE recorrido as instituições financeiras que operam no mercado doméstico para se financiarem. Assim, os novos empréstimos internos totalizaram MZN 528,58 milhões e resultaram em grande medida da necessidade de apoio a Tesouraria. Dos novos empréstimos contraídos apenas o da PETROMOC é que beneficiou de garantia do Estado através da emissão de uma carta conforto.

**Tabela 23: Novos Empréstimos Externos e Internos Contratados em 2021 [em Milhões MZN]**

Credor	Montante	Finalidade	Mutuário
SCRL	Apoio a Tesouraria	BNI, S.A	150,00
BCI	Leasing de viatura	EMOSE, S.A	30,24
MozaBanco	Importação de Mercadoria	PETROMOC, S.A	236,58
Vários (Corrector-Banco Mais)	Apoio à Tesouraria - Papel Comercial	SMM, S.A	10,00
MozaBanco	Leasing de viaturas	Notícias, S.A	6,87
BCI	Compra da Dívida com o Standard Bank	TMcel, S.A.	75,00
Standard Bank	Apoio a Tesouraria	HCB, S.A	19,89
<b>Total</b>			<b>528,58</b>

Fonte: IGEPE

## VI. PASSIVOS CONTINGENTES

### 6.1. Dívida Soberana e Garantida

A concessão de garantias aos empréstimos contribui para uma redução do risco creditício do mutuário permitindo que as instituições públicas possam obter financiamento a um custo mais favorável.

Considerando que ao longo do exercício económico 2021 para além da carta conforto associada a importação de combustíveis para a PETROMOC não foi emitida nenhuma nova garantia do Estado a favor do SEE, no final do ano, o stock da dívida garantida pelo Estado estava avaliado em MZN 121,35 mil milhões, o equivalente a 11% do PIB. Deste montante, 70% representam empréstimos com Garantia Soberana, 17% com Acordos de Retrocessão, 11% com Carta Conforto e os restantes 2% correspondem a créditos com Carta Soberana, Aval do Estado e Obrigações do Tesouro, conforme detalha a tabela 24.

Tabela 24: Aplicação das diferentes Modalidades de Garantia do Estado em 2021 [em Milhões MZN]

Descrição	Montante 2020	Montante 2021	% do total (2021)	% do PIB (2021)
Garantia Soberana	51.303,9	85.126,54	70%	8%
Carta Conforto emitida pelo Estado	12.871,0	13.771,43	11%	1%
Carta Soberana do Estado	1.638,0	1.395,67	1%	0%
Aval do Estado	971,5	69,43	0%	0%
Acordo de Retrocessão	20.038,5	20.604,05	17%	2%
Obrigações do Tesouro Subscritas pelo BNI	-	383,59	0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>86.822,9</b>	<b>121.350,72</b>	<b>100%</b>	<b>11%</b>

Fonte: IGEPE

### 6.2. Acordos de Retrocessão

Do valor total de créditos externos desembolsados em 2021, as Empresas que compõem o SEE receberam em Acordos de Retrocessão, um volume de recursos estimados em MZN 2.595 milhões (que se destinavam a EDM e ao FIPAG) e como contrapartida reembolsaram cerca de MZN 159 milhões, elevando assim, o stock da dívida dos Acordos repassados através da Retrocessão para MZN 138.869 milhões.

**Tabela 25: Movimentos da carteira de Empréstimos de Retrocessão em 2021 [em milhões de MZN]**

	SALDO EM 31/12/2020	MOVIMENTOS 2021		SALDO EM 31/12/2021	Δ % 20/21
		Desembolsos	Serviço da Dívida		
CFM	10.168	-	-	10.168	0%
EDM	35.870	62	35.932	35.932	0%
FIPAG	19.475	2.532	21.875	21.875	12%
HCB	334	-	-	307	-8%
TMCEL	2.291	-	-	2.291	0%
ADM	7.740	-	-	7.740	0%
FARE	1.097	-	-	1.097	0%
FFPI	139	-	-	139	0%
FFH	386	-	-	386	0%
FFP	141	-	-	141	0%
<b>ANE (F.ESTRADAS)</b>	13.781	-	-	13.781	0%
FAPI/GAPI	288	-	-	288	0%
Maputo-Sul	39.249	-	-	39.249	0%
IGEPE	514	-	-	514	0%
PPB	4.961	-	-	4.961	0%
<b>TOTAL</b>	<b>136.434</b>	<b>2.595</b>	<b>159</b>	<b>138.869</b>	<b>2%</b>

Fonte: MEF-DRSD

## VII. DÍVIDA PÚBLICA E GARANTIDA (PPG)

Na generalidade, o stock nominal da dívida do Sector Público agravou-se em cerca de 12% num intervalo de 1 ano, incrementando de USD 16.141,60 milhões em 2020 para USD 18.042,45 milhões para 2021. Este incremento é largamente explicado pela acentuada expansão do endívidamento interno do Governo Central na ordem de USD 728,88 milhões e do endívidamento externo do SEE na ordem de USD 857,03 milhões.

Tabela 26: Dívida Pública e Garantida [em milhões de USD]

	2018		2019		2020		2021	
<b>Dívida do Sector Público</b>	<b>15 507,17</b>	<b>105%</b>	<b>16.522,47</b>	<b>105%</b>	<b>16.141,60</b>	<b>115%</b>	<b>18.042,45</b>	<b>102%</b>
<b>Dívida Externa do SP</b>	12 413,70	84%	13.220,88	84%	12.889,26	92%	14.041,61	79%
1. Governo Central	9 804,45	67%	9.850,18	63%	10.101,17	72%	10.391,64	58%
Multilateral	4 322,39	29%	4.354,42	28%	4.742,39	34%	5.004,23	28%
Bilateral	4 755,54	32%	4 595,76	29%	4 458,78	32%	4 487,41	25%
MOZAM 2032	726,52	5%	900,00	6%	900,00	6%	900,00	5%
2. SEE (incl. garantias externas)	1 431,70	10%	2.267,48	14%	2.630,19	19%	3.487,22	20%
dos quais ENH (LNG)	1 263,70	9%	1.929,10	12%	2.279,11	16%	3.237,01	18%
3. Atrasados Externos*	1 177,55	8%	1.103,22	7%	157,90	1%	162,75	1%
<b>Dívida Interna do SP</b>	<b>3 093,47</b>	<b>21%</b>	<b>3.301,59</b>	<b>21%</b>	<b>3.252,34</b>	<b>23%</b>	<b>4.000,84</b>	<b>23%</b>
1. Governo Central	2 290,13	16%	2.514,97	16%	2.834,56	20%	3.563,44	20%
2. SEE (incl. Garantias domésticas)	459,00	3%	472,20	3%	389,98	3%	423,63	2%
3. Atrasados Internos	344,34	2%	314,42	2%	27,80	0%	13,77	0%
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>14 715,20</b>		<b>15.721,10</b>		<b>14.029,80</b>		<b>17.763,86</b>	

\* Para 2020 e 2021, excluem-se os valores da ProÍndicus e MAM.

Fonte: DPED-MEF

## VIII. PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPPs)

---

### 8.1. Quadro Regulamentar das PPPs em Moçambique

A legislação mocambicana<sup>2</sup> define as PPPs como “empreendimentos em área do domínio público ( excluindo<sup>3</sup>) no qual, mediante contrato e sob financiamento, no todo ou em parte, do parceiro privado, este se obriga, perante o parceiro público, a realizar o investimento necessário e explorar a respectiva actividade, para a provisão eficiente de serviços ou bens que compete ao Estado garantir a sua disponibilidade aos utentes”.

A contratação das PPPs obedece em regra geral, ao concurso público. No caso de propostas de PPPs de iniciativa privada, o proponente goza de uma margem de preferência de 15% na avaliação das propostas resultantes de licitação. A legislação chama ao centro do processo de contratação e gestão os seguintes actores chave: a tutela sectorial, a tutela financeira, a entidade implementadora e a entidade reguladora. Todos estes têm, segundo a lei e o regulamento em vigor, um papel activo na gestão do risco por via de uma monitoria e avaliação proactiva e devidamente documentada.

A tutela técnica deve pertencer ao sector ou ministério sectorial que caracteriza o empreendimento e a tutela financeira deve pertencer ao Ministério de Economia e Finanças e é neste âmbito que este sub-capítulo foi desenvolvido e incluído pela primeira vez no Relatório Anual da Dívida Pública de 2021.

### 8.2. Riscos para a Dívida Pública decorrente da Implementação das PPPs

Uma das grandes preocupações na gestão de risco na dívida pública são os passivos contingentes pelo seu impacto directo sobre as contas e o endividamento público, uma vez que os empréstimos tradicionais têm características já conhecidas pelo Estado e permitem a adopção de estratégias de endividamento para mitigar os diversos tipos de risco. Doravante, os passivos contingentes são obrigações potenciais, nem sempre do conhecimento do Estado e que dependem da ocorrência de eventos específicos no futuro para que se materializem. Entretanto, estes eventos são relevantes porque podem afectar

---

<sup>2</sup> Lei 15/2011 de 10 de agosto, *Lei sobre Parcerias Público Privadas (PPP), Projectos de Grande Dimensão (PGD) e Concessões Empresariais (CE)* estabelece as normas orientadoras do processo de contratação, implementação e monitoria de empreendimentos de Parcerias Público-Privadas, de Projectos de Grande Dimensão e de Concessões Empresariais e o Decreto 16/2012 que aprova o Regulamento da Lei.

<sup>3</sup>As PPPs relativas a recursos minerais e petrolíferos; ii) Contratações de simples fornecimento de bens e serviços a instituições do Estado, incluindo a contratação de empreitadas de obras públicas e de serviços de consultoria (não se estabelecendo qualquer requisito relativamente ao grau de dependência vis-a-vis o contratante ou à inexistência de concorrência no mercado); e iii) PPPs de natureza altruísta, social, humanitária, cultural, desportiva ou similar, sem fins lucrativos.

o endividamento público em momentos inesperados e em montantes elevados, trazendo assim elevado riscos fiscais para País.

A experiência internacional demonstra que os contratos PPP são fontes de passivos contingentes, em especial, naqueles contratos que determinam que o Estado tem que desembolsar alguma contrapartida financeira ou fornecer alguma garantia para a entidade do sector privado que presta o serviço.

De acordo com a legislação nacional, as PPPs subdividem-se em três modalidades a saber:

- a) **Contratos de concessão:** onde o Estado cede direitos de desenvolvimento ou habilitação e respectiva exploração e manutenção de empreendimento novo ou existente em área de domínio público, para prestação de serviço público ou provisão de bens, sob conta e risco da contratada e mediante remuneração ao Estado por essa cedência, traduzida na forma de taxa de concessão, fixa e variável;
- b) **Contratos de cessão de exploração:** onde o Estado cede direitos de desenvolvimento ou habilitação e respectiva exploração e manutenção do empreendimento, sob conta e risco da entidade contratada e mediante a remuneração ao Estado por essa cedência, traduzida na forma de taxa de cessão de exploração;
- c) **Contratos de Gestão:** consiste na cedência de direitos de gestão de empreendimento existente e operacional ao Estado, sob conta e risco de gestão da entidade contratada e mediante remuneração à entidade contratada de uma comissão de gestão com base numa parte dos rendimentos gerados pelo próprio empreendimento e a entrega dos resultados de exploração deste à entidade contratante.

Visando compreender a exposição de Moçambique a passivos contingentes decorrentes da implementação das PPP's, foram analisados 20 contratos distribuídos pelas seguintes áreas.

- a) **5 concessões junto à Autoridade tributária;**
- b) **6 ligadas à geração de energia elétrica;**
- c) **5 no sector de transportes;**
- d) **3 no sector de estradas, e**
- e) **1 no sector de águas.**

Da avaliação aos contratos<sup>4</sup> constatou-se que:

---

<sup>4</sup> Em geral, são contratos antigos com mais de cinco anos, em média, mas que podem ser bem mais antigos, como no caso do contrato "Maputo Development Corridor" que tem quase 25 anos.

- Alguns foram firmados antes da aprovação da Lei das PPP sendo contudo, reconhecida a sua validade e manutenção dos contratos outorgados até à data da entrada em vigor da Lei, nos termos do artigo 37 da mesma Lei.
- No geral, o financiamento dos empreendimentos é de responsabilidade do agente privado, que o faz via capital próprio ou de terceiros, mobilizados a nível nacional ou internacional e que em nenhum dos contratos analisados se prevê garantias governamentais directas na estrutura de financiamento.
- Os detalhes dos financiamentos pelo parceiro privado não fazem parte dos contratos.

Na base da informação analisada, concluiu-se que o nível geral de exposição a riscos nos contratos de PPP's em Moçambique é baixo, dado que na generalidade os contratos não impõem custos ao Governo de Moçambique em condições normais, apenas nos caso de risco político.

Apesar da avaliação positiva do risco dos contratos de PPP's é importante que os esforços de monitoria e mitigação dos passivos contingentes em Moçambique seja aprofundado para permitir o desenho de estratégias de mitigação e redução dos choques adversos que possam contribuir para uma estabilidade económica e um ambiente de negócios saudável que fomente o crescimento económico.

## IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O presente Relatório constatou a persistência de uma significativa tendência de crescimento quer no stock da dívida do Governo Central quer no stock da dívida do SEE. O stock da dívida do Governo Central, agravou-se em 8%, posicionando-se em USD 13 955,07 milhões, enquanto que o do SEE, cresceu em cerca de 29,5% posicionando-se em USD 3.910,85 milhões.

O incremento do stock da dívida do Governo Central foi determinado pelo recurso ao endividamento interno para a cobertura das necessidades de financiamento do défice orçamental no contexto das pressões fiscais prevaletentes na conjuntura doméstica enquanto que do SEE, o incremento do stock foi ditado pelos novos desembolsos à ENH, no âmbito do financiamento da comparticipação (*equity stake*) do Estado nos investimentos do sector de hidrocarbonetos.

Assim, o stock da dívida do Sector Público ao fecho do exercício fiscal de 2021 foi de USD 18.042,45 milhões, o correspondente a 102% do PIB. Com este volume de dívida pública, o País permanece sob a classificação de sobre-endividamento mas, uma vez que parte significativa desta dívida corresponde ao financiamento da comparticipação do Estado em investimentos com uma perspectiva de retornos substanciais (LNG), a trajectória da dívida do País, pode, a longo prazo ser considerada sustentável.

No ano 2021, não obstante o aumento do stock nominal, o desempenho do quadro de sustentabilidade da dívida pública (do Governo Central) evoluiu favoravelmente. Por um lado, o crescimento do PIB e o aumento das exportações influenciou positivamente os rácios de solvência da dívida (VPD/PIB e VPD/EXP) ainda que numa magnitude por quantificar. Por outro lado, por conta do adiamento da despesa de USD 175.6 milhões em serviço da dívida externa no âmbito da implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI), os rácios de liquidez da dívida (SD/EXP e SD/REC), melhoraram em 6pp e 3pp respectivamente.

A grande inovação desta edição do Relatório da Dívida foi a introdução de um sessão dedicada à análise do desempenho das Parcerias Público Privadas (PPP's). Com efeito, avaliando um total de 19 contratos de PPP's, o Relatório constatou que o nível de risco contingente a elas associado varia entre Baixo e Baixo-Médio, concluindo por isso que estas não representam um significativo risco fiscal. Não obstante, a persistente volatilidade da conjuntura económica e do ambiente de negócios, remete a necessidade de aprofundamento das medidas de monitoria e mitigação dos passivos contingentes com vista a reduzir os impactos de possíveis choques adversos sobre a estabilidade da economia.

## **X. ANEXOS**

---

# 1. Stock da Dívida Pública Externa

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS  
DIRECÇÃO NACIONAL DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Unidades 10<sup>6</sup> USD

CREDOR	DÍVIDA EM 31/12/2020	MOVIMENTOS - JANEIRO - DEZEMBRO				DÍVIDA EM 31/12/2021	
		Aplicação		SERVIÇO DA DÍVIDA			CANC/ACRESC **
		Desembolsos	DSSI *	AMORTIZAÇÃO	JUROS		
<b>MULTILATERAIS</b>	<b>5.642,39</b>	<b>273,78</b>	<b>-</b>	<b>94,50</b>	<b>87,90</b>	<b>- 82,56</b>	<b>5.904,23</b>
IDA	2.909,50	69,58	-	51,97	25,80	- 239,64	3.166,75
BEI	70,13	-	-	7,50	1,73	- 35,10	97,74
BAD	9,26	0,22	-	-	-	0,22	9,26
FAD	937,15	190,76	-	11,78	8,42	205,33	910,80
FMI	426,52	-	-	-	-	- 10,71	437,23
BADEA	92,06	3,69	-	4,46	1,12	- 2,77	94,06
BID	62,02	5,38	-	7,48	1,75	- 8,44	68,36
DBSA-RSA	-	-	-	-	-	-	-
FIDA	157,99	-	-	6,03	1,30	8,77	143,19
NDF	55,43	-	-	0,50	2,22	0,88	54,05
OPEC FUND	22,33	4,14	-	4,79	0,72	- 1,10	22,79
MOZAM 2023	900,00	-	-	-	44,85	-	900,00
<b>BILATERAL</b>	<b>4.458,78</b>	<b>52,90</b>	<b>38,74</b>	<b>169,34</b>	<b>52,96</b>	<b>- 106,33</b>	<b>4.487,41</b>
BILATERAL/CLUBE DE PARIS	1.277,79	35,62	17,33	16,11	6,32	43,09	1.271,54
BILATERAL - OCDE	1.094,73	35,62	17,33	0,83	2,49	20,48	1.126,37
AUSTRIA	25,32	0,83	-	-	0,66	- 2,39	28,55
FRANÇA	180,52	-	2,41	-	-	14,40	168,53
ALEMANHA	-	-	-	-	-	-	-
ITÁLIA (Cassa Depositi e Prestiti)	8,78	-	-	-	-	0,11	8,89
JAPÃO	387,38	34,28	0,02	-	0,03	22,05	399,63
PORTUGAL	485,22	0,52	14,79	-	1,75	- 13,58	514,11
ESPAÑA	7,51	-	0,11	0,83	0,05	0,11	6,68
DO CLUBE PARIS-NÃO OCDE	183,06	-	-	15,28	3,83	22,61	145,17
BRAZIL	107,09	-	-	7,29	3,83	22,61	77,20
RUSSIA	75,96	-	-	8,00	-	0,00	67,97
BILATERAL/OUTROS	3.180,99	17,27	21,41	153,23	46,64	(149,42)	3.215,87
DA EUROPA DO LESTE	359,70	1,95	0,25	5,29	0,14	25,81	330,79
BULGÁRIA	57,80	-	-	-	-	-	57,80
BELGICA	6,60	-	-	-	-	0,42	7,02
HUNGRIA	-	-	-	-	-	-	-
COREIA	259,98	1,95	0,25	-	0,02	25,78	236,40
POLONIA	21,70	-	-	-	-	-	21,70
ROMENIA	9,12	-	-	0,79	0,04	0,45	7,87
EX JUGOSLÁVIA (SERVÍCIO EXTERNO)	4,50	-	-	4,50	0,09	-	-
PAISES - OECD'S	512,78	-	-	1,58	0,34	(5,92)	517,12
KUWAIT	28,83	-	-	1,58	0,34	- 5,93	33,18
IRAQUE	230,57	-	-	-	-	-	230,57
LIBIA	253,38	-	-	-	-	0,01	253,38
OUTROS PAISES	2.308,52	15,32	21,17	146,36	46,15	(169,31)	2.367,95
CHINA	1.949,16	-	21,17	109,51	40,46	- 119,76	1.980,58
ANGOLA	30,75	-	-	-	-	0,00	30,75
INDIA	217,35	15,32	-	21,61	5,52	- 52,18	263,24
DINAMARCA	78,01	-	-	14,99	-	3,11	59,91
FUNDO SAUDITA	33,25	-	-	0,25	0,17	- 0,48	33,48
<b>TOTAL DA DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>10.101,17</b>	<b>326,68</b>	<b>38,74</b>	<b>263,85</b>	<b>140,86</b>	<b>- 188,89</b>	<b>10.391,63</b>

OBS: Os Dados São Provisórios Porque Continuamos a Receber os Confirmativos de Desembolsos dos Credores.

\* Inclui DSSI de Japão, Espanha, Coreia, China, França, Portugal

\*\*Inclui as transações reconciliadas com credores no âmbito do trabalho da limpeza e migração do sistema CD-RMS+ para CS-Miridiam

## 2. Créditos Contraídos de 2017-2021

Créditos Contraídos 2017 -2021						
Numero	Nome do Projecto	Valor	Credor	Beneficiário	data de assinatura	Tipo
<b>Créditos Contraídos em 2017</b>						
1	Recuperação Resiliente de Emergência	20.0	IDA	MOPHRH	20/2/2017	Concessional
2	Investimento Florestal (FIP)	13.2	IDA	MITADER	11/6/2017	Concessional
3	Apoio ao Sector de Educação	59.0	IDA	MEDH	11/6/2017	Concessional
4	Protecção Social	10.0	IDA	INAS	13/7/2017	Concessional
5	Apoio à Reforma do Ensino Técnico Profissional- PRETEP plus	42.0	ITÁLIA	MESCT	13/7/2017	Concessional
6	Projecto de Sistema de Drenagem de Águas Pluvias na Cidade de Maputo	71.0	ITÁLIA	MOPHRH	7/9/2017	Concessional
7	Construção de Estrada Mueda Negomano, Fase I	69.7	BAD	MOPHRH	7/9/2017	Concessional
8	Reforço e Extensão da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica	15.8	Nordea	EDM	28/8/2017	Concessional
9	Migração Digital	156.0	China	MTC	27/2/2017	NãoConcessional
<b>Créditos Contraídos em 2018</b>						
1	Projecto de Construção do Porto de Pesca de Angoche	20.0	BADEA	PESCAS	20/3/2018	concessional
2	Aquisição de 90 carruagens, 90 Vagões e 5 locomotivas	95.0	India	CFM	31/12/2018	Concessional
<b>Créditos Contraídos em 2019</b>						
1	Projecto de Construção do Porto de Pesca de Angoche	12.00	OFID	MPESCAS	5/3/2019	Concessional
2	Projecto de Abastecimento de Água as Províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Nam	38.00	Eximbank India	MOPHRH	20/3/2019	Concessional
3	Projecto de Desenvolvimento do Ciclo Combinado a Gás	44.34	Japão	MIREME	28/8/2019	Concessional
4	Projecto de Linha de Transmissão de Temane	36.00	OFID	MIREME	6/9/2019	Concessional
5	Projecto de Linha de Transmissão de Temane	4.00	BID	MIREME	17/9/2019	Concessional
6	Projecto de Construção do Hospital do Buzi e Extensão do Centro de Saúde de Sussund	11.00	Aústria	MISAU	2/12/2019	Concessional
7	Projecto de Irrigação e Segurança Alimentar nas Zonas Semi- Áridas na Pronvincia de M	11.00	Aústria	MOPHRH	2/12/2019	Concessional
<b>Créditos Contraídos em 2020</b>						
1	Promoção de Aquacultura de Pequena escala	86.00	FIDA	MITADER	2/10/2020	Concessional
2	Desenvolvimento da Cadeia Agro Alimentar Inclusiva -Procava	8.40	FIDA	MITADER	2/10/2020	Concessional
3	Apoio ao Orçamento de Estado	309.90	FMI		4/10/2020	Concessional
4	Modernizacao e Expansao da Rede movel Nacional	132.00	EximbankChina	EDM	6/8/2020	Concessional
5	Apoio de Emergencia ao Projecto de Prontidao e Resposta ao Covid	28.00	BID	MISAU	6/8/2020	Concessional
6	Melhoramento da Qualidade de Energia Electrica nas Cidades de Maputo e Matola	250.00	INDIA	EDM	3/8/2020	Concessional
7	Proj. de Reconstrucao de Infraestruturas Resilientes nos sectores de Agua e Saneamento	120.50	BEI	FIPAG	19/11/2020	Concessional
<b>Créditos Contraídos em 2021</b>						
1	Sistema de Informacao de Gestao de Seguranca Publica - fase II	88.70	Exim Bank Corea		28/06/2021	Concessional
2	Proj. Resiliencia Rural no Norte de Mocambique	150.00	Banco Mundial		23/11/2021	Concessional

### 3. Sumário da Avaliação dos Contratos de PPP em Moçambique – Março de 2022

Nome da PPP		Beneficiários	Data de Emissão	Data de Término	Financiamento
1	Sistema Electrónico de Selagem e Rastreo de Carga - SEERC	<b>Contratante:</b> Autoridade Tributaria de Moçambique (Público) & <b>Contratada:</b> MECTS SA – Consórcio CE (Privado)	18.07.2019	Validade de 10 anos renovável por igual período	<b>Valor do empreendimento: US\$ 20 milhões.</b> Apesar do contrato mencionar um anexo com a proposta financeira, ele não veio anexado ao contrato.
2	Serviços de Gestão da Terminal Internacional de Mercadorias da Namaacha (TIRONA)	<b>Contratante:</b> AT - Autoridade Tributaria de Moçambique (Público) & <b>Contratada:</b> Wing Koon Limitada (Privado)	06.09.2011	Validade de 10 anos renovável por períodos iguais, não limitadas as renovações	<b>Valor do empreendimento: n/d.</b> Apesar do contrato mencionar um anexo com a proposta financeira, ele não veio anexado ao contrato.
3	Concepção, Desenho, Implementação e Exploração do Sistema da Janela única Electrónica JUE	<b>Contratante:</b> Ministério de Economia e Finanças (Público) & <b>Contratada:</b> ESCOPIIL Internacional Lda e SGS Societe Generale de Surveillance SA (Privado)	22.12.2009	Prazo de quinze anos, podendo haver renovação.	<b>Valor do empreendimento: US\$ 12.3 milhões.</b> O contrato é explícito ao mencionar que a concessionária é a única responsável pela mobilização e garantia dos financiamentos necessários à execução das actividades da concessão.
4	Concessão de serviços de gestão do Terminal Internacional Rodoviário de Mercadorias de Ressano Garcia (TIRO Ressano Garcia)	<b>Contratante:</b> Autoridade Tributária & <b>Contratada:</b> Consórcio Gestão de Terminais (Matola Cargo Terminal, Matrix Comércio e Indústria, e Zambian Border Crossing Company).	14.06.2013	Prazo de dez anos, podendo haver renovação.	<b>Valor do empreendimento: 2,7 milhões de Meticais.</b> Existe uma proposta financeira da concessionária que seria integrante do Contrato, mas que não veio anexado para análise.
5	Serviços de Produção e Distribuição do Selo de Controlo de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufaturado	<b>Contratante:</b> Autoridade Tributaria de Moçambique (Público) & <b>Contratada:</b> Consórcio OPSEC Security (Privado)	18.12.2013	Prazo de quinze anos, subdividido em três períodos de cinco anos, com avaliação no fim de cada período, podendo haver renovação.	<b>Valor do empreendimento: 264,1 milhões de Meticais (equivalente a EUR 6,3 milhões)</b> O contrato é explícito ao mencionar que a concessionária é a única responsável pela mobilização e garantia dos financiamentos necessários à execução das actividades da concessão.
6	Concessão dos Terminais Portuários e Logísticos de PEMBA e PALMA.	<b>Contratante:</b> Ministério dos Transportes e Comunicações. & <b>Contratada:</b> Sociedade Portos de Cabo Delgado, SA.	Janeiro de 2014 (não possui data de assinatura)	Duração de 30 anos a partir do visto do Tribunal Administrativo. Governo pode autorizar a extensão do prazo para compensação de investimentos adicionais ou mitigação de efeitos de evento de força maior.	<b>Valor do empreendimento: USD818 milhões</b> Financiado com capital próprio, de terceiros. Concessionária tem discricionariedade para escolher a modalidade de financiamento. Não há responsabilidade de qualquer espécie por parte do Concedente.

Nome da PPP		Beneficiários	Data de Emissão	Data de Término	Financiamento
7	Central Solar Fotovoltaica para a produção e venda de 41 MWp de Energia em Metoro.	<b>Contratante:</b> Ministério de Recursos Minerais e Energia <b>Contratada:</b> CENTRAL SOLAR METORO S.A.	17 de dezembro de 2018	Até 30 anos.	<b>Valor do empreendimento: US\$ 51,921 milhões.</b>  Financiado com: i) US\$ 3,688 milhões na forma de Investimento Direto Estrangeiro; ii) US\$ 0,922 milhões de investimento direto nacional; iii) US\$ 8,95 milhões realizados sob a forma de suprimentos; e iv) US\$ 38,361 milhões em empréstimos contraídos no exterior.
8	Central Electrica para a produção e venda de energia eléctrica em Chokwe.	<b>Contratante:</b> Ministério da Energia. & <b>Contratada:</b> Kuvaninga Energia S.A.	1 de agosto de 2013.	16 anos após a data de operação comercial do projeto.	<b>Valor do empreendimento: US\$ 104,9 milhões.</b>  Financiado com: i) US\$ 7,1 milhões na forma de Investimento Direto Estrangeiro; ii) US\$ 2,4 milhões de investimento direto nacional; iii) US\$ 16,8 milhões realizados sob a forma de suprimentos; e iv) US\$ 78,6 milhões em empréstimos contraídos no exterior.
9	Contrato de Concessão para Produção e Venda de Energia Electrica.	<b>Contratante:</b> Ministério de Energia. & <b>Contratada:</b> Gigawatt Moçambique S.A.	23/12/2010 (contrato original) 18/12/2012 (adendo)	25 anos a partir da data da operação comercial (2010). Prorrogável por mais 25 anos.	<b>Valor do Financiamento: USD157 milhões</b>
10	Trans African Concessions – Concessões Trans African.  Maputo Development Corridor	<b>Contratante:</b> The Republic of Mozambique + The Republic of South Africa e South African Roads Board & <b>Contratada:</b> Trans African Concessions (PTY) LTD	5/maio/1997	30 anos, sujeito a prorrogação.	<b>Valor do Financiamento: ZAR 6,3 bilhões</b>
11	Concessão da nova ponte de Tete	<b>Contratante:</b> Ministério das Obras Públicas e da Habitação & <b>Contratada:</b> Estradas do Zambeze S.A.	28.07.2010	?	<b>Valor do Investimento: EUR 30,3 milhões</b>  Parte do financiamento foi realizada na modalidade on-lending, da República de Moçambique junto a República Portuguesa e a Caixa Geral de Depósitos.
12	Contrato de Concessão para Operação e Conservação das Estradas N6: Beira-Machipanda, Circular de Maputo e Ponte da Macaneta, Ponte Maputo-Katembe Estradas de Ligação	<b>Contratante:</b> Ministério das Obras Públicas e da Habitação & <b>Contratada:</b> Rede Viária de Moçambique	02/2021	2041	<b>Valor do empreendimento: n/d.</b>

Nome da PPP		Beneficiários	Data de Emissão	Data de Término	Financiamento
13	Concessão de uma central solar fotovoltaica em Mocuba	<b>Contratante:</b> Ministério dos Recursos Minerais e Energia & <b>Contratada:</b> CESOM – Central Solar de Mocuba S.A	22.12.2016	Prazo de 30 anos.	<b>Valor do Investimento: US\$ 80 milhões</b>
14	Financiamento do Projecto do Corredor de Nacala	<b>Contratante:</b> Governo da República de Moçambique & Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique e <b>Contratada:</b> Corredor de Desenvolvimento do Norte.	29.09.2000	10.01.2035	<b>Valor do Financiamento: 1,2 bilhões</b> Nos termos dos Contratos de Concessão os riscos comerciais, financeiros e de mercado, juntamente com o risco de variações cambiais entre o dólar norte-americano e o metical, correm por conta das Concessionárias.
15	<b>Central termo-eléctrica de Ressano Garcia</b>	<b>Contratante:</b> Ministerio dos Recursos minerais e Energia <b>Contratada:</b> Sociedade anónima (EDM, Sasol New Enegy)	2012	30 anos	USD 241 Milhões
16	<b>Concessão da New Coal Termianl Beira</b>	<b>Contratante:</b> Ministério dos Transportes e Comunicações <b>Contratada:</b> Essar Ports Afriza FZE	2014	20 anos	USD 495 milhões
17	<b>Hidroeléctrica de Boroma</b>	<b>Contratante:</b> Ministerio dos Recursos Minerais e Energia  <b>Contratada:</b> Hidroeléctrica de Boroma	2014	30 anos	USD 572 Milhões
18	<b>Hidroeléctrica de Chemba I e II</b>	<b>Contratante:</b> Ministerio dos Recursos Minerais e Energia <b>Contratada:</b> Sociedade Hodroelectrica de Mocambique(SHEZA)	2014	30 anos	USD 2.552 Milhões

